

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCI • Nº 97

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 4 de junho de 2014

Projeto viabiliza parques eólicos no Agreste

Texto aprovado na Comissão de Justiça autoriza supressão de vegetação

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Assembleia Legislativa aprovou ontem pela manhã o Projeto de Lei nº 2011/14, de autoria do Governo do Estado, que autoriza supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APP) para a implantação de parques eólicos no Agreste Meridional. Os Par-

ques Eólicos Ventos de Santa Brígida I, II, III, IV, V, VI e VII serão construídos nos municípios de Caetés, Pedra e Paranatama.

O texto do projeto informa que as autorizações para supressão dos trechos de caatinga estão “condicionadas à compensação das vegetações suprimidas, com a preservação ou recuperação de ecossistemas seme-

lhantes, em áreas a serem acordadas com a Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH)”.

De acordo com a presidente do colegiado, deputada Raquel Lyra (PSB), a matéria significa um passo importante na diversificação da matriz energética do Estado. “Todos sabem a crise que o Brasil enfrenta no setor. As experiências em Per-

nambuco, a exemplo do que vem ocorrendo no Sertão, com a energia solar, demonstram que o uso de energia renovável pode minimizar a situação”, disse. O relator foi o deputado Rodrigo Novaes (PSD).

Outro projeto acatado foi o de número 1873/2014, que determina aos estabelecimentos de refeições rápidas, informarem aos consumido-

res, por meio de tabela afixada em local visível e de fácil acesso, os índices nutricionais e calóricos das refeições. A iniciativa, de autoria do deputado Cleiton Collins (PP), teve como relator o deputado Antônio Moraes (PSDB).

Ainda receberam aprovação quatro outras matérias, entre elas o Projeto de Lei nº 2010/2014, de au-

toria do Executivo, que institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda (Fasefaz). Os recursos serão provenientes do Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias e serão distribuídos entre servidores da Fazenda. O relator foi o deputado Ricardo Costa (PMDB).

RINALDO MARQUES



MATRIZ ENERGÉTICA – Corte de caatinga está vinculado a compensação ambiental, segundo o projeto do Executivo aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Proposta orçamentária

WILLIAMS AGUIAR



A Superintendência de Planejamento e Gestão da Assembleia Legislativa de Pernambuco se antecipou e iniciou ontem discussões para elaboração da proposta orçamentária de 2015. A reunião também avaliou os resultados do Plano Plurianual 2012-2014. Gestores, superintendentes e servidores que atuam diretamente com o processo orçamentário participaram do encontro. Depois de elaborada e revisada, a proposta orçamentária será encaminhada ao Executivo e depois retornará para aprovação do Legislativo. O debate serviu para recapitular o processo de planejamento estratégico que a Casa produziu em 2003 e revisou em 2007. Segundo Edécio Lima (foto), superintendente de Planejamento e Gestão, a Alepe antecipou a elaboração do documento porque este ano o tempo será ainda mais restrito, com a aproximação da Copa do Mundo, que coincidirá com os festejos juninos e o recesso parlamentar. “Também sabemos que o Executivo terá prazos constitucionais de retorno da proposta orçamentária estadual para a Assembleia Legislativa.”



assinado digitalmente por: 03/06/2014 22:37:27 91731809734366
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO
CNPJ: 10921252000107

ACT – COMPROVA.COM

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por:

Certificado ICP-Brasil - AC SERASA RFB v2: COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO Nº de Série do Certificado: 8649795073296518468

Hora Legal Brasileira: 03/06/2014 22:37 Autoridade de Carimbo do Tempo (ACT): Comprova.com

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Assembleia comemora os dez anos da SpokFrevo Orquestra

Reunião Solene contou com a participação de blocos líricos

Há dez anos, dois músicos pernambucanos tiveram a ideia de criar uma orquestra de frevo. Hoje o grupo é um dos mais conceituados e requisitados de Pernambuco e já conta com uma carreira internacional. A SpokFrevo Orquestra, idealizada por Inaldo Cavalcante de Albuquerque e Gilberto Pontes, foi homenageada ontem à noite em Reunião Solene na Assembleia Legislativa, solicitada pelo deputado Antônio Moraes (PSDB).

Inaldo é o Maestro Spok, instrumentista, arranjador e diretor musical da orquestra. Ao lado do primo Gilberto, Spok e os demais 15 componentes do grupo já levaram o ritmo pernambucano a vários países de Europa, América e Ásia. O segundo disco da orquestra, *Ninho de Vespa*, lançado em 2013, foi contemplado na seleção pública do Petrobras Cultural. Mês passado, a SpokFrevo Orquestra foi reconhecida como Melhor Grupo na Categoria Instrumental do 25º Prêmio da Música Brasileira, no Rio de Janeiro.

O deputado Raimundo Pimentel (PSB) presidiu a solenidade e destacou que a orquestra tem uma enorme força na divulgação da cultura pernambucana. “O grupo tornou o frevo mais colorido, um legado do jazz, baseado no improviso”, afirmou.



FOTOS: JARBAS ARAÚJO

MÚSICA - O coral do Bloco das Flores se apresentou com o Quinteto Passo de Anjo

Antônio Moraes salientou que a homenagem é mais que justa. “Agradecemos por tudo que ambos fizeram para que todos apreciem e admirem o nosso glorioso ritmo. A Spok leva a tradição do frevo, mas não abre mão da liberdade, improviso, qualidade e experiências que remontam o ritmo da melhor forma”, frisou Moraes.

Spok enfatizou a importância da sua parceria com Gilberto desde o início: “Meu amigo e parceiro até hoje. No início, foi muito difícil comandar uma orquestra com meu nome, mas toda essência do frevo no nosso grupo é graças a ele”. Gilberto ressaltou a honra de participar de uma orquestra que representa a cultura pernambucana em todo o mundo. “Sou muito fe-



PLACA - Antônio Moraes, Spok, Gilberto e Raimundo Pimentel

liz por fazer parte da história do frevo”, afirmou. A dupla recebeu placas alusivas à data.

Durante a cerimônia, o Quinteto Passo de Anjo, acompanhado do Bloco das Flores, interpretou vários frevos de bloco. No Plenário, integrantes dos blocos da Saudade, Boêmios da Boa Vista,

Com Você no Coração e Eu Quero Mais. Entre as autoridades presentes, os deputados Alberto Feitosa (PR) e Sérgio Leite (PT), a presidente da Academia Pernambucana de Música, Leni Amorim; e a secretária de Cultura do Recife, Leda Alves; e os vereadores do Recife Isabella de Roldão (PDT) e Henrique Leite (PT).

Congresso Nacional

Aprovação da PEC do Trabalho Escravo é comemorada

BRENO LAPROVITERA



TRIBUNA - Zé Maurício

A aprovação pelo Senado da Proposta de Emenda Constitucional nº 57-A/1999, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, foi tema do pronunciamento do deputado Zé Maurício (PP) ontem. Durante o Pequeno Expediente, o parlamentar informou que o projeto, que altera o artigo 243 da Constituição Federal, passou 15 anos em tramitação.

Segundo Zé Maurício, o texto determina que as propriedades rurais e urbanas onde forem localizadas exploração do trabalho escravo serão expropriadas e destinadas a reforma agrária ou a programas de habitação popular. Também não haverá indenização prévia aos proprietários.

O parlamentar citou o artigo 149 do Código Penal brasileiro que criminaliza quem submete outra pessoa a condição de escravo. “Sujeitar alguém a condição de escravidão ou mesmo análoga a ela não deve ser interpretado apenas quanto à utilização de correntes ou grilhões. Devemos alcançar todas as inúmeras situações que remetem a uma forma de escravidão moderna”, ressaltou.

Em Pernambuco, o deputado citou os casos de trabalho escravo ocorridos principalmente em áreas de cultivo de cana de açúcar e no polo têxtil do Agreste do Estado.

“Em 2013, segundo dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de libertações em zonas urbanas foi maior que em zonas rurais pela primeira vez na história, atingindo o índice de 56%”, salientou.

Zé Maurício também lembrou os dez anos da Chacina de Unaí, quando

quatro funcionários do Ministério do Trabalho foram assassinados enquanto investigavam denúncias de trabalho escravo na região de Unaí, em Minas Gerais. “Até hoje, dos nove acusados pelo crime, apenas três foram condenados e um deles já faleceu”, pontuou.

A nova reforma constitucional ainda dependerá de regulamentação, que deverá ser feita através de lei complementar que delimita os termos de expropriação e conceituará a expressão “trabalho escravo”. A emenda aguarda a promulgação pelo Congresso Nacional, marcada para acontecer amanhã.

O parlamentar finalizou seu discurso pedindo que aconteçam debates sobre o tema na Casa Joaquim Nabuco. “Todos nós devemos combater a violência cometida contra os trabalhadores, denunciando às autoridades policiais e ao Ministério do Trabalho a prática desses crimes e oferecendo suporte às vítimas”, concluiu.

Meio Ambiente

Em defesa da revitalização do Rio São Francisco

BRENO LAPROVITERA



PLANO - Odacy Amorim

O deputado Odacy Amorim (PT) foi à tribuna da Casa Joaquim Nabuco, na tarde de ontem, defender a revitalização do Rio São Francisco. O parlamentar ressaltou o valor histórico, social e econômico do rio e destacou a sua importância para o desenvolvimento do Nordeste.

Odacy defendeu o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, criado em 2004 pelo Governo Federal, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Inte-

gração Nacional e outros 14 ministérios. Na opinião do deputado, o programa contribui fortemente para produção de energia e desenvolvimento rural do todo Nordeste.

O parlamentar ainda destacou que vários municípios da região estão recebendo recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para investimentos importantes de infraestrutura hídrica. “Planos e metas importantes estão sendo desempenhadas, como obras de saneamento básico e o pro-

grama água para todos”, frisou.

Na opinião de Odacy, a revitalização do Rio São Francisco é uma política pública fundamental, de articulação integrada, que envolve governos Federal, Estadual e Municipal. “Os gestores devem colaborar e apoiar o crescimento da região. Devemos fazer a interligação de bacias com outros rios e zelar pelo São Francisco. Temos que atender a necessidade do povo pernambucano e resolver o problema da falta d’água que atinge o Nordeste”, pontuou.

Proposto Dia Estadual da Paz nos Estádios

Projeto faz referência à data da morte de torcedor

Promover uma reflexão sobre a necessidade de cultivar a paz nos estádios de futebol. Com esse propósito, o deputado Betinho Gomes (PSDB) informou ontem, no Plenário da Casa Joaquim Nabuco, que apresentará projeto de lei instituindo o Dia Estadual da Paz nos Estádios Pernambucanos. Ele adiantou que a data deverá ser celebrada anualmente em 2 de maio.

O dia escolhido faz referência à data da morte do torcedor Paulo Ricardo Gomes da Silva, 26 anos, que foi atingido por um vaso sanitário jogado da arquibancada do estádio do Arruda. Ele estava saindo do estádio, após assistir ao jogo entre Santa Cruz e Paraná, pela Série B do Brasileiro.

Betinho Gomes explicou que a inspiração para apresentar o projeto surgiu durante a missa de 30º dia do falecimento de Paulo Ricardo, anteontem, na Igreja de Santa Cruz, no bairro da Boa Vista. Ele disse que o ar-



BRENO LAPROVITERA

OBJETIVO - Betinho Gomes propõe momento de reflexão

cebispo de Olinda e Recife, dom Fernando Saburido, presidiu a celebração com o objetivo de pedir a paz entre as torcidas organizadas.

De acordo com o parlamentar, além de familiares e amigos da vítima, vários re-

presentantes e dirigentes de clubes pernambucanos estiveram na missa. “A sociedade pernambucana estará mobilizada para garantir a tolerância entre as torcidas, e valorizar o real objetivo do futebol”, afirmou.

Infraestrutura

São Lourenço da Mata preparada para a Copa do Mundo

A pouco menos de 10 dias para o início da Copa do Mundo, o deputado Vinícius Labanca (PSB) destacou, ontem em Plenário, o empenho do município de São Lourenço da Mata, Região Metropolitana, na preparação para o evento.

“Andando pelas ruas da cidade é possível observar as mudanças, como melhorias na infraestrutura, aquecimento do comércio e investimento em políticas públicas sociais. Além do novo Distrito Industrial e áreas urbanas erguidas pelo município”, pontuou.

Segundo o parlamentar, nem todas as ações são oriundas de investimentos da Copa. Ele lembrou que, por meio de parcerias entre a Prefeitura, o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa, avanços importantes foram conquistados na área de saúde, como a reforma e modernização do Hospital Petronila Campos.

Vinícius Labanca também destacou a instalação de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o asfal-



ROBERTO SOARES

AÇÕES - Vinícius Labanca elencou investimentos

tamento de 300 ruas e a implantação de uma escola técnica estadual que vai qualificar os jovens de São Lourenço para o mercado de trabalho. “Conseguimos também a Agência do Trabalho e os Centros de Referência da Assistência Social”, comentou.

Durante seu pronunciamento, o deputado citou a presença de representantes

dos distritos de Matriz da Luz e Lajes na galeria da Casa. O socialista apresentou algumas reivindicações da população de São Lourenço da Mata. Entre elas, a construção de uma Upinha para reforçar o atendimento médico e a requalificação da rodovia estadual que liga a cidade ao distrito de Matriz da Luz.

Jatobá

Falha energética impede funcionamento de adutora

O deputado Júlio Cavalcanti (PTB) criticou a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) por inoperância, na tarde de ontem, na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O parlamentar informou que, devido a um erro de dimensionamento do potencial energético requerido para suportar as bombas hidráulicas da Adutora do Jatobá, em Arcoverde, a população do município está sem água.

Júlio explicou que a adutora construída no Agreste do Estado foi concluída na semana passada e estava em fase de testes. “Mas foi constatada a incapacidade do sistema elétrico de suportar a passagem de água pelas tubulações. Arcoverde vive um racionamento desde 2012, e a nova obra seria a solução para o abastecimento d’água na cidade”, argumentou.



BRENO LAPROVITERA

OBRA - Júlio Cavalcanti cobrou posicionamento da Celpe

O parlamentar ressaltou que a conquista tão esperada pelos moradores é fruto da união de forças entre os três entes da Federação. “Mas, devido ao descaso da Celpe, a adutora

não pode funcionar”, afirmou. O petebista cobrou uma solução urgente para o problema “e para que a população possa, enfim, comemorar o fim do racionamento d’água”.

Acompanhamento

Redução da jornada para pais de pessoas com deficiência

O deputado Ângelo Ferreira (PSB) defendeu ontem que o pai, a mãe, e ainda o cônjuge ou o responsável pela criação e proteção de pessoa com deficiência, tenha a jornada de trabalho reduzida, sem prejuízo da remuneração. Segundo ele, não se trata de oferecer benefício, mas de condições mínimas para que os responsáveis sejam capazes de acompanhar o tratamento da pessoa que está sob sua supervisão.

“Muitas vezes os parentes não possuem recursos financeiros para contratar profissionais ou tratamentos diferenciados, e com a redução da carga horária podem dar mais atenção a esses dependentes”, lembrou.

O deputado destacou que a Constituição Federal estabelece que o Estado viabilize a criação de programas de prevenção e atendi-



BRENO LAPROVITERA

APOIO - Ângelo Ferreira defende melhores condições

mento especializado para os portadores de deficiência. A medida sugerida poderia atingir tanto funcionários públicos, quanto os da iniciativa privada.

O deputado acredita que é necessário sensibilizar os gestores para essa necessidade e lembrou que alguns Estados já adotaram normas nesse sentido.

Atos

ATO Nº. 935/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº066/2014, da Deputada Raquel Lyra, **RESOLVE:** exonerar **SÉRGIO ALBUQUERQUE MONTENEGRO FILHO**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nos termos da Lei nº11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 3 de junho de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 936/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício n.º 051/2014, da Deputada Laura Gomes, **RESOLVE:** exonerar **DEIZE MARIA GOMES MACIEL**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de junho do corrente ano, nos termos da Lei nº11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 3 de junho de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Ordem do Dia

Sexagésima Terceira Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 04 de junho de 2014, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6275/2014
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1335/2013, de autoria do Deputado André Campos que dispõe sobre o abandono de veículos automotores em logradouros públicos, assim entendidos como vias urbanas, praças, ruas, passeios, ou jardins públicos e em pistas de rolamento, acostamentos ou faixas de domínio das estradas e das rodovias estaduais, estabelece diretrizes e procedimentos para sua remoção ou sua destinação e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6276/2014
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final aos Projetos de Lei Ordinária nºs 1532/2013, e 1534/2013 de autoria dos Deputados Raimundo Pimentel e Terezinha Nunes que institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual do Agente de Segurança Penitenciária e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6277/2014
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1546/2013, de autoria do Deputado Mavíael Cavalcanti que denomina Rodovia Prefeito Carlos Freitas, a PE - 062, no trecho específico que liga o Município de Condado ao Município de Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6278/2014
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1920/2014, de autoria do Poder Executivo que autoriza o Estado de Pernambuco a

ceder ao município de Afogados da Ingazeira o direito de uso do imóvel que indica.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/06/2014

Segunda Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014
Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a estruturação da carreira e a remuneração dos ocupantes do cargo de Advogado da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 10ª Comissões.

Com Emenda Modificativa nº 01 para o 2º Turno de autoria do Poder Executivo.

Depende de Pareceres das 1ª, 2ª, 3ª e 10ª Comissões.

Votação Nominal

Quorum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/04/2014

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1977/2014
Autor: Dep. Poder Judiciário

Institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, o Bônus de Desempenho Jurisdicional – BDJ e dá outras providências.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/04/2014

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1828/2014
Autor: Dep. Isaltino Nascimento

Modifica a Lei nº 14.125 de 24 de agosto de 2010, que denomina Escola Técnica Estadual Severina Paraíso da Silva, a Escola Técnica Estadual a ser construída pelo Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Educação, no Município de Olinda – PE.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2014

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1917/2014
Autor: Dep. Sérgio Leite

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de coletores de lixo reciclável pelas empresas que comercializam pneus no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª, 7ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/04/2014
REPUBLICADO EM - 04/04/2014

Discussão Única da Indicação nº 8139/2014
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de que seja providenciado reforço policial, para o município de Cabrobó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8140/2014
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de que seja providenciado reforço policial, para o município de Gamelaíra.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8141/2014
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de que seja providenciado reforço policial, para o município de Lagoa do Carro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8142/2014
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de que seja providenciado reforço policial, para o município de Jaqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8143/2014
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de que seja providenciado reforço policial, para o município de Ingazeira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8144/2014
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de que seja providenciado reforço policial, para o município de Catende.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8145/2014
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de que seja providenciado reforço policial, para o município de Paudalho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8146/2014
Autor: Dep. Zé Maurício

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e ao Secretário de Esporte e da Copa do Mundo da Prefeitura da Cidade do Recife no sentido de que seja incluído os campos da Associação da Vila Real Madrid Ibura de Baixo, no projeto de recuperação dos Campos de Várzea da Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8147/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Casa Civil no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Assistência Financeira a Projetos Multissetoriais em Entidades e Municípios**, o município de Trindade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8148/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de reforçarem as ações das **Atividades de Forneimento da Alimentação Escolar** no município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8149/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Casa Civil no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Assistência Financeira a Projetos Multissetoriais em Entidades e Municípios**, o município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8150/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Casa Civil no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Assistência Financeira a Projetos Multissetoriais em Entidades e Municípios**, o município de Limoeiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8151/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Casa Civil no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Assistência Financeira a Projetos Multissetoriais em Entidades e Municípios**, o município de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8152/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Casa Civil no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Assistência Financeira a Projetos Multissetoriais em Entidades e Municípios**, o município de Surubim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8153/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Casa Civil no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Assistência Financeira a Projetos Multissetoriais em Entidades e Municípios**, o município de Ipubi.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8154/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Casa Civil no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Assistência Financeira a Projetos Multissetoriais em Entidades e Municípios**, o município de Igaruary.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8155/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Casa Civil no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Assistência Financeira a Projetos Multissetoriais em Entidades e Municípios**, o município de Pombos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8156/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Casa Civil no sentido de incluírem nas metas da **Atividade Assistência Financeira a Projetos Multissetoriais em Entidades e Municípios**, o município de Goiana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8157/2014
Autor: Dep. Sérgio Leite

Apelo ao Diretor Regional dos Correios de Pernambuco no sentido de que seja implantado o serviço de distribuição domiciliária (carteiro) na Vila Itapipirê no município de Araçoiaba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8158/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife, ao Secretário de Saúde do Recife, ao Secretário de Infraestrutura e Serviços do Recife e a Vigilância Sanitária do Recife visando procederem com a limpeza do terreno abandonado localizado entre as ruas José de Holanda e a Rua dos Operários no bairro da Torre.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8159/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e ao Secretário de Infraestrutura e Serviços do Recife objetivando a pavimentação das ruas no entorno do Campo do Cacique na Madalena.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única da Indicação nº 8160/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife, ao Secretário de Mobilidade e Controle Urbano e à Presidente da CTTU objetivando a instalação da Faixa Azul na Avenida Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3481/2014
Autor: Dep. Clodoaldo Magalhães

Voto de Congratulações com a Diocese de Palmares pela realização da Posse Canônica de seu 3º Bispo Diocesano, Dom Henrique Soares da Costa, ocorrido no dia 1ª de junho de 2104.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3482/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos ao Governador do Estado de Pernambuco, Joao Lyra Neto, ao jornal Folha de Pernambuco, na pessoa do Sr. Eduardo de Queiroz Monteiro, a Secretaria de Turismo, na pessoa do Sr. Romeu Neves Baptista e a EMPETUR na pessoa do Sr. André Correia, pelo lançamento do livro ***Guia Rota 232***.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3483/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos ao Prefeito do Recife Geraldo Júlio pela programação dos festejos juninos para 2014.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3484/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos ao Instituto Oceanário , na pessoa do Sr. Alexandre Carvalho pela exposição sobre tubarões que acontecerá na Livraria Saraiva no Shopping Rio Mar.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3485/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos a Faculdade dos Guararapes na pessoa do Sr. Cristovam Ferrara, pela inauguração da Unidade Recife, Campus do Derby.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3486/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos a PROCON na pessoa do Sr. José Cavalcanti de Rangel Moreira pelo projeto de fiscalização no Interior de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3487/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos ao Governador do Estado, Joao Lyra Neto, a Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo de Pernambuco, na pessoa do Sr. Murilo Guerra, pela implantação da moeda social Salinas no bairro de Santo Amaro em Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3488/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos a AMCHAM Recife, na pessoa da Sra. Alessandra Andrade pela pesquisa sobre o Modal de Transporte.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3489/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos ao Prefeito do Recife, Geraldo Júlio, a Secretaria de Saúde do Recife, na pessoa do Sr. Jailson Correia, ao CAPS AD Prof. Luiz Cerqueira, na pessoa da Sra. Telma Melo, pela diminuição da quantidade de fumantes na cidade do Recife, conforme pesquisa pelo Ministério da Saúde.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3490/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos ao Biólogo e Professor José Alves Siqueira da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), pelo projeto de Construção do Parque Tatu-Bola em Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3491/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos ao Hospital Agamenon Magalhães, na pessoa do Sr. Antonio Andrade, pela campanha de doação de leite materno.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3492/2014
Autor: Dep. Aluisio Lessa

Voto de Aplausos ao Prefeito do Recife, Geraldo Júlio, ao Secretário de Turismo e Lazer do Recife, Sr. Camilo Simões pela instalação de placas sinalizadoras voltadas para o pedestre.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho ; **3º Secretário**, Deputado Sebastião Oliveira Júnior; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Sérgio Maurício Coutinho Côrrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Braulio José de Lira C. Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Queiroz Dourado; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Fabiane Cavalcanti; **Subeditora** - Manoela Moreira; **Repórteres** - Anselmo Monteiro, Fernandino Neto, Mirella Lemos, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Verônica Barros e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bita e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** *scom@alepe.pe.gov.br*.



Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br*

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do artigo 118, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados titulares: ÂNGELO FERREIRA (PSB), EDUARDO PORTO (PSDB), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), MAVIAEL CAVALCANTI (DEM), PEDRO SERAFIM NETO (PDT) e RODRIGO NOVAES (PSD), os Deputados suplentes: ANDRÉ CAMPOS (PSB), ALBERTO FEITOSA (PR), BETINHO GOMES (PSDB), BOTAFOGO FILHO (PDT), GUSTAVO NEGROMONTE (PMDB), MARCANTÔNIO DOURADO (PSB) e TONY GEL (PMDB), para se fazerem presentes à Reunião Ordinária a ser realizada às 11h (onze horas), do dia 04 de junho de 2014, no Plenarinho II, localizado no 5º andar, do Anexo I desta Casa Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho.

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº2025/2014, de autoria do Deputado Guilherme Uchôa (Ementa: Institui o dia estadual do Transplantado a ser comemorado anualmente todo dia 09 de maio e a Semana de Incentivo à doação de órgãos para transplantes.)

DISCUSSÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº2008/2014, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.)
Relator: Deputado Ângelo Ferreira
2) Projeto de Lei Ordinária nº 2009/2014, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, e dá outras providências.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Mavíael Cavalcanti
3) Projeto de Lei Ordinária nº 2010/2014, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda – FASEFAZ.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Ângelo Ferreira
4) Projeto de Lei Ordinária nº 2011/2014, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza supressão de segmentos de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica)
Regime de urgência
Relator: Deputado Mavíael Cavalcanti

II) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:

1) Substitutivo nº 01/2014 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Introduz alterações na Lei Estadual nº 12.770, de 08 de março de 2005.) ao Projeto de Lei Ordinária nº1145/2012, de autoria do Deputado Betinho Gomes .
Relator: Deputado Pedro Serafim Neto
2) Substitutivo nº 01/2014 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Introduz alterações na Lei Estadual nº 14.464, de 7 de novembro de 2011, e dá outras providências.) aos Projetos de Lei Ordinária nº1369/2013 e nº1608/2013, de autoria dos respectivos Deputados: Henrique Queiroz e Sérgio Leite.
Relator: Deputado Tony Gel
3) Substitutivo nº 01/2014 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Obriga as operadoras de planos privados de assistência à saúde a efetuar procura por vagas nas unidades hospitalares conveniadas, e dá outras providências.) ao Projeto de Lei Ordinária nº1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento.
Relator: Deputado Alberto Feitosa
4) Substitutivo nº 01/2014 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Dispõe sobre a afixação de cartaz em revendedoras e concessionárias de veículos, informando sobre isenções específicas, e dá outras providências.) ao Projeto de Lei Ordinária nº1858/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral.
Relator: Deputado Mavíael Cavalcanti

RECIFE, 3 DE junho DE 2014.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE

Discussão Única do Requerimento nº 3493/2014
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao Governador do Estado, Joao Lyra Neto e ao Diretor Presidente do Porto Digital de Pernambuco, Francisco Sabóia, pela implantação da primeira unidade do Porto Digital do Interior em Caruaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3494/2014
Autor: Dep. Tony Gel

Voto de Congratulações com o cantor e compositor Petrucio Amorim, por ter sido o homenageado da Prefeitura da Cidade do Recife no São João deste ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3495/2014
Autor: Dep. Tony Gel

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa o artigo: *Cidadania empresarial*, de autoria do advogado Ivan Barreto de Lima Rocha, publicado na revista Algomais, na edição de maio de 2014.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3496/2014
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Voto de Aplausos pelo significativo reconhecimento da *11ª Edição do Premio JK*, advindo do Congresso Nacional de Prefeitos 2014, ocorrido no período de 18 a 29 de maio 2014, em São Paulo, Bahia, visando premiar os prefeitos que se destacaram pelos seus importantíssimos trabalhos exercidos frente a sociedade sendo agradecidos os prefeitos Romeu Jacobina de Figueiredo, do Município de Ribeirão e José Gerson da Silva, do Município de Taracatu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/06/2014

Errata

ERRATA

Na Ordem do Dia da Sexagésima Segunda Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 03 de junho de 2014, às 14:30 horas.

Onde se lê:

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1335/2011
Autor: Dep. André Campos

Dispõe sobre o abandono de veículos automotores em logradouros públicos, assim entendidos como vias urbanas, praças, ruas, passeios, ou jardins públicos e em pistas de rolamento, acostamentos ou faixas de domínio das estradas e das rodovias estaduais, estabelece diretrizes e procedimentos para sua remoção ou sua destinação e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/03/2013

Leia-se:

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1335/2013
Autor: Dep. André Campos

Dispõe sobre o abandono de veículos automotores em logradouros públicos, assim entendidos como vias urbanas, praças, ruas, passeios, ou jardins públicos e em pistas de rolamento, acostamentos ou faixas de domínio das estradas e das rodovias estaduais, estabelece diretrizes e procedimentos para sua remoção ou sua destinação e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/03/2013

Ata

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2014, ÀS 14:30 HORAS..

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS GUILHERME UCHOA E ANDRÉ CAMPOS

AOS 02 (DOIS) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 14 (QUATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, ISALTINO NASCIMENTO, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JÚLIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, MANOEL SANTOS, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TONY GEL, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do Art. 118, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados: Raquel Lyra (PSB), Ângelo Ferreira (PSB), Isaltino Nascimento (PSB) e Daniel Coelho (PSDB), titulares, e os deputados: Zé Maurício (PP), Odacy Amorim (PT), Terezinha Nunes (PSDB), Raimundo Pimentel (PSB) e Henrique Queiroz (PR) suplentes, para se fazerem presentes à Reunião Ordinária, a ser realizada às 11h30min (onze horas e trinta minutos) do dia 04 de junho de 2014 (quarta-feira), no Plenarinho III, 2º andar do anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, Edifício Senador Nilo Coelho, onde estará em pauta a seguinte matéria:

DISCUSSÃO:

a) Projeto de Lei Ordinária nº 2008/2014, de autoria do Governador do Estado.
(Ementa: Altera a Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Ângelo Ferreira
b) Projeto de Lei Ordinária nº 2009/2014, de autoria do Governador do Estado.
(Ementa: Altera a Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, e dá outras providências.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Ângelo Ferreira
c) Projeto de Lei Ordinária nº 2011/2014, de autoria do Governador do Estado.
(Ementa: Autoriza supressão de segmentos de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Zé Maurício

RECIFE, 4 DE junho DE 2014.

DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do artigo 118, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, o(a)s Deputado(a)s: GUSTAVO NEGROMONTE (PMDB) – Vice-presidente, JÚLIO CAVALCANTI(PTB), TERESA LEITÃO (PT), TEREZINHA NUNES (PSDB), membros titulares e, na ausência destes, o(a)s suplentes: ADALTO SANTOS (PSB), ANTONIO MORAES (PSDB), MARY GOUVEIA (PSD), RAIMUNDO PIMENTEL (PSB) e RAQUEL LYRA (PSB), para comparecerem à reunião ordinária a ser realizada às 10h, do dia 04(quatro) de maio de 2014, no Plenarinho II, localizado no 5º andar, do Anexo I – Edifício Senador Nilo Coelho, com o objetivo de discutir a seguinte pauta:

DISTRIBUIÇÃO:

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 2003/2014, de autoria do Deputada Laura Gomes (Ementa: Institui o “Dia “D” do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.)
2) Projeto de Lei Ordinária nº 1791/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Denomina de Rodovia Cantor Reginaldo Rossi, o trecho específico da Rodovia Express Way, sistema de trânsito com pedágio já em operação, construído através de PPP, compreendido desde o Distrito de Ponte dos Carvalhos, Município do Cabo de Santo Agostinho, até a rotatória do Porto de SUAPE, no Município de Ipojuca.)

DISCUSSÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 2003/2014, de autoria do Deputada Laura Gomes (Ementa: Institui o “Dia “D” do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.)
2) Projeto de Lei Ordinária nº 1791/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Denomina de Rodovia Cantor Reginaldo Rossi, o trecho específico da Rodovia Express Way, sistema de trânsito com pedágio já em operação, construído através de PPP, compreendido desde o Distrito de Ponte dos Carvalhos, Município do Cabo de Santo Agostinho, até a rotatória do Porto de SUAPE, no Município de Ipojuca.)

RECIFE, 3 DE junho DE 2014.

Deputada Laura Gomes
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, AGLAILSON JÚNIOR, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, FRANCISMAR PONTES, HENRIQUE QUEIROZ, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, RAIMUNDO PIMENTEL, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, TEREZINHA NUNES E VINÍCIUS LABANCA, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS ISALTINO NASCIMENTO E ADALTO SANTOS, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MAIO DO CORRENTE ANO, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA, É ENVIADA À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES PARA LAMENTAR O AUMENTO DA VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MACAPARANA, E O COMÉRCIO FECHARAM AS PORTAS EM PROTESTO CONTRA A VIOLÊNCIA NA CIDADE, INFORMANDO QUE A POPULAÇÃO FOI À RUJA EM PASSEATA COBRAR PROVIDÊNCIAS. O DEPUTADO ADALTO SANTOS, ÚLTIMO ORADOR DO PEQUENO EXPEDIENTE CRITICA DECISÃO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ QUE RESULTOU NA CASSAÇÃO DO REGISTRO PROFISSIONAL DA PSICÓLOGA MARISA LOBO, COMENTANDO QUE A ENTIDADE PUNIU A PSICÓLOGA COM BASE NO ARGUMENTO DE QUE A PROFISSIONAL TERIA TROCADO A PSICOLOGIA POR UMA ATUAÇÃO BASEADA EM POSICIONAMENTOS RELIGIOSOS. (ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS). O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA À DEPUTADA TERESA LEITÃO COMENTA PROJETO DO PODER EXECUTIVO QUE VISA DESTINAR DOIS TERRENOS PARA O PROJETO DA CIDADE DA COPA, DEFENDENDO A CONVOCAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DO EMPREENDIMENTO, O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, FREDERICO AMÂNCIO, PARA EXPLICAR OS DETALHES FINANCEIROS DA PROPOSTA, LEMBRANDO QUE O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, THIAGO NORÕES, RESPONDEU QUESTÕES RELATIVAS À CONSTITUCIONALIDADE DA MATÉRIA, ANTES DELA SER VOTADA NA COMISSÃO DE

JUSTIÇA. FINALIZA LEMBRANDO QUE O PROJETO FOI APROVADO NA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. MAS, AO ENTRAR NA PAUTA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, AS BANCADAS DE GOVERNO E DE OPOSIÇÃO DECIDIRAM NÃO VOTAR SEM ANTES RECEBER MAIS ESCLARECIMENTOS DO GOVERNO. A ORADORA É APARTEADA PELOS DEPUTADOS DANIEL COELHO, SÉRGIO LEITE, TONY GEL, SÍLVIO COSTA FILHO E ANTÔNIO MORAES. O DEPUTADO ODACY AMORIM DESTACA OS 50 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE AFRÂNIO, RESSALTANDO QUE A CIDADE SURTIU DE UM POVOADO CHAMADO CABOCLO, QUE PERTENCIA A PETROLINA, INFORMANDO QUE O INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO DE PERNAMBUCO (IF-SERTÃO) ESTÁ REALIZANDO A IMPLANTAÇÃO DE UM CAMPUS AVANÇADO NA UNIDADE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE AFRÂNIO. FINALIZA PARABENIZANDO A GESTÃO DA PREFEITA LÚCIA MARIANO. O DEPUTADO SÉRGIO LEITE INFORMA QUE VAI INGRESSAR COM UM PEDIDO DE INFORMAÇÃO RELATIVO A UM PREGÃO ELETRÔNICO DO DETRAN, LICITAÇÃO DESTINADA À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VISTORIA ELETRÔNICA PELO ÓRGÃO ESTADUAL, SUSPensa PELO GOVERNO DO ESTADO, COMENTANDO QUE A IMPRENSA LOCAL APONTOU SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO CONTRATO FIRMADO COM A EMPRESA VENCEDORA DO PROCESSO, INFORMANDO QUE OS PREÇOS CONTIDOS NO EDITAL E, POSTERIORMENTE, NA PROPOSTA VENCEDORA, ULTRAPASSAVAM OS VALORES PRATICADOS NO MERCADO. O DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO, ÚLTIMO ORADOR DO GRANDE EXPEDIENTE APRESENTA RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO ESPECIAL DA MATA NORTE E AGRESTE SETENTRIONAL, INFORMANDO QUE FORAM 110 PROPOSTAS PARA CONCILIAR OS GRANDES INVESTIMENTOS NO MUNICÍPIO DE GOIANA E CIDADES VIZINHAS COM AÇÕES VOLTADAS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NAS DUAS REGIÕES. FINALIZA, DESTACANDO QUE O RELATÓRIO APRESENTA SUGESTÕES PARA AS ÁREAS DE GESTÃO PÚBLICA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA, CULTURA E LAZER, INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO, ENTRE OUTROS SETORES. O ORADOR É APARTEADO PELO DEPUTADO ALUÍSIO LESSA. FAZENDO USO DA PALAVRA O SENHOR PRESIDENTE PARABENIZA O SERVIDOR FELIPE MARQUES, APROVADO RECENTEMENTE NO CONCURSO DESTA CASA. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. SÃO

APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA OS PARECERES DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL NºS 6254/2014 A 6258/2014, QUE OFERECEM REDAÇÃO FINAL AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 752/2012, 1565/2013, 1662/2013, 1814/2014 E 1818/2014. É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1784/2014. SÃO APROVADOS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO OS SUBSTITUTIVOS Nº 01 AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 489/2011, 1521/2013, 1566/2013, 1813/2014; E AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2001/2014. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS 8109/2014 A 8123/2014 E OS REQUERIMENTOS NºS 3463/2014 A 3469/2014. O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA A PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES NºS 8139/2014 A 8160/2014, OS REQUERIMENTOS NºS 3480/2014 A 3496/2014 E ENCAMINHA ÀS PRIMEIRA, QUINTA E SEXTA COMISSÕES O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2027/2014, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, PARA AMANHÃ, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2014.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 6262 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1787.
À Imprimir.

PARECER Nº 6263 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1925.
À Imprimir.

PARECER Nº 6264 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1784.
À Imprimir.

PARECER Nº 6265 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1824.
À Imprimir.

PARECER Nº 6266 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1873, juntamente com a Emenda nº 01 deste Colegiado.
À Imprimir.

PARECERES NºS 6267, 6268, 6269, 6270 E 6271 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável aos Projetos nºs 2008, 2009, 2010, 2011 e 2026.
À Imprimir.

PARECER Nº 6272 - DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1281.
À Imprimir.

OFÍCIOS NºS 163 E 164 - DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS prestando esclarecimentos acerca das Indicações nºs 7861, 7862, 7860, 7863, 7849, 7846, 7843, 7840, 7842, 7839, 7845, 7847, 7844 e 7841, do Deputado Adalto Santos.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1076130000/3977 - DO DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - OI PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7781, do Deputado Ramos.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 27 - DO PROCURADOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO submetendo ao conhecimento a tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, insurgindo-se contra a Resolução nº 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 413 - DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 7913, 7914 e 7915, do Deputado Rildo Braz.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 7642 - DO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7753, do Deputado Ricardo Costa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO EVERALDO CABRAL solicitando dispensa da presença nas reuniões Plenárias no período de 03 à 05 junho de 2014.
À Publicação.

COMUNICADOS NºS 46700 A 46799, 46800 A 46899 E 46900 A 46999 - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
As 2ª e 5ª Comissões

Solicitação de Dispensa

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O Deputado **Everaldo Cabral** com assento nesta Assembleia Legislativa, solicita, nos termos do inciso art. 30, do Regimento Interno, dispensa da presença na(s) reunião(es) do(s) dia(s) 03 a 05 de junho de 2014, pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Brasília - DF.

Recife, 03 de junho de 2014.

Everaldo Cabral
Deputado

DESPACHO:
Deferido

Ao expediente, em 03/06/2014

Marcantônio Dourado
1º Vice-Presidente

Mensagens

MENSAGEM Nº 89/2014

Senhor Presidente,

Valho-me do ensejo, para encaminhar à apreciação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, a anexa Emenda Modificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, que dispõe sobre a estruturação da carreira e a remuneração dos ocupantes do cargo de Advogado da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE.

A Emenda Modificativa em apreço visa corrigir o Anexo Único do Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, no sentido de ajustar a carga horária de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais para o cargo de Advogado da Universidade de Pernambuco -UPE, mantendo, assim, a carga horária atualmente cumprida pela categoria, e cuja manutenção foi acordada em negociação.

Esperando contar com o indispensável apoio dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, reitero a Vossa Excelência e a seus dignos Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 3 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Emenda N° 01/2014

Para 2º turno

Ementa: Modifica o Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, que dispõe sobre a estruturação da carreira e a remuneração dos ocupantes do cargo de Advogado da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE.

Art. 1º O Anexo Único do Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO ÚNICO

MATRIZ DE VENCIMENTO BASE DO CARGO DE ADVOGADO, OCUPANTE DO GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO QUADRO PRÓPRIO DE PESSOAL PERMANENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

CARGA HORÁRIA: 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS

VALORES VÁLIDOS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2014

CLASSES	A	B	C	D	E	F	G
I	3.205,00	3.269,10	3.334,48	3.401,17	3.469,20	3.538,58	3.609,35
II	3.789,82	3.865,61	3.942,93	4.021,79	4.102,22	4.184,27	4.267,95
III	4.481,35	4.570,98	4.662,39	4.755,64	4.850,76	4.947,77	5.046,73
IV	5.299,06	5.405,04	5.513,14	5.623,41	5.735,88	5.850,59	5.967,60
”							

Art. 2º Os demais dispositivos do Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014 permanecem inalterados.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 3 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª , 3ª , 10ª Comissões.

MENSAGEM Nº 88/2014

Recife, 3 de junho de 2014.

Senhor Presidente,

Valho-me do ensejo para remeter a essa Egrégia Assembleia Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, crédito suplementar no valor de R\$ 154.818.193,58 (cento e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e dezoito mil, cento e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos), em favor do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM.

A solicitação em apreço objetiva reforçar dotação orçamentária para apoiar planos de trabalho municipais de investimento nas áreas de infraestrutura urbana e rural, educação, saúde, segurança, desenvolvimento social, meio ambiente e sustentabilidade.

Os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo I do incluso Projeto de Lei são os provenientes do *superavit* financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do Tesouro do Estado, em 31.12.2013, na fonte “0137 – Recursos do PBL (BID) – PROCONFIS/PE”, e da anulação de dotações de terceiros, nos termos do art. 43 da Lei Federal n° 4.320, de 1964.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e a seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 3 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 2029/2014

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, em favor do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM, crédito suplementar no valor de R\$ 154.818.193,58 (cento e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e dezoito mil, cento e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos), destinado ao reforço das dotações orçamentárias especificadas no Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art. 1º são os provenientes das seguintes fontes:

I - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO: anulação de dotações orçamentárias especificadas no Anexo II;

II - SUPERAVIT FINANCEIRO: *Superavit* Financeiro do exercício de 2013, apurado no Balanço Patrimonial do Tesouro do Estado, em 31.12.2013, na fonte de recursos “0137 - Recursos do PBL (BID) - PROCONFIS/PE”, no valor de R\$ 94.818.193,58 (noventa e quatro milhões, oitocentos e dezoito mil, cento e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 3º Fica ajustado o Orçamento de Investimento das Empresas, em consequência da redução de recursos de que trata o art. 2º, nas seguintes ações, especificadas no Anexo III:

I - Operação Especial “Inversões em Participação Societária na Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A – AD-DIPER”, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

II - Operação Especial “Inversões em Participação Societária no Porto de Suape para Expansão e Modernização da Infraestrutura Portuária”, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais); e

III - Operação Especial “Inversões para Aporte de Capital Social da Agência de Fomento”, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(CRÉDITO SUPLEMENTAR)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2014	RECURSOS DE TODAS AS FONTES	EM R\$ VALOR
30000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
00216 – Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEM – Administração Direta			
Projeto:	04.845.1078.4627 - Apoio a Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas		154.818.193,58
	4.4.41.00 - Investimentos	0135	20.000.000,00
	4.4.41.00 - Investimentos	0137	94.818.193,58

4.4.41.00 - Investimentos	0140	40.000.000,00	
TOTAL		154.818.193,58	
ANEXO II			
(ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)			
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO	ORÇAMENTO FISCAL 2014	RECURSOS DE TODAS AS FONTES	EM R\$
ESPECIFICAÇÃO		FONTE	VALOR
26000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
00116 Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Administração Direta			
Projeto: 22.661.1064.3186 -Implantação de Empreendimentos Estruturadores			15.000.000,00
4.4.90.00 -Investimentos	0140		15.000.000,00
Projeto: 22.661.1064.4171 -Implantação de Empreendimentos Logísticos			4.000.000,00
4.4.90.00 -Investimentos	0140		4.000.000,00
Op. Especial: 22.846.0995.4624 - Inversões em Participação Societária na Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A – AD-DIPER			10.000.000,00
4.5.90.00 -Inversões Financeiras	0140		9.595.400,00
4.5.90.00 -Inversões Financeiras	0101		404.600,00
Atividade: 23.693.1064.4216 -Melhoramento da Infraestrutura de Acesso a Zonas de Exportação			5.000.000,00
4.4.90.00 -Investimentos	0140		5.000.000,00
Op. Especial: 26.846.0926.4205 - Inversões em Participação Societária no Porto de Suape para Expansão e Modernização da Infraestrutura Portuária			6.000.000,00
4.5.90.00 -Inversões Financeiras	0140		6.000.000,00
43000 – SECRETARIA DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E EMPREGO			
00104 Secretaria de Trabalho, Qualificação e Emprego – Administração Direta			
Op. Especial: 11.846.0972.3816 - Inversões para Aporte de Capital Social da Agência de Fomento			20.000.000,00
4.5.90.00 -Inversões Financeiras	0135		20.000.000,00
TOTAL			60.000.000,00

ANEXO III			
(COMPATIBILIZAÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS)			
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS 2014		EM R\$	
DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE INVESTIMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
26000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
00502 – SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros			(6.000.000,00)
00606 – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A – AD-DIPER			(10.000.000,00)
43000 – SECRETARIA DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E EMPREGO			
00611 – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S/A			(20.000.000,00)
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL			(36.000.000,00)
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO		EM R\$	
DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS - ANULAÇÕES		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
		FONTE	VALOR
26000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
00502 - SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros			
Projeto: 22.661.0413.3157 -Ampliação e Adequação da Infraestrutura Portuária de Suape			6.000.000,00
4.4.90.00 -Investimentos	0255		6.000.000,00
00606 – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A – AD-DIPER			
Projeto: 22.661.0995.4008 -Adequação da Infraestrutura para Implantação de Empreendimentos Industriais			9.095.400,00
4.4.90.00 -Investimentos	0255		9.095.400,00
Atividade: 22.661.1004.4046 -Ampliação da Assistência Tecnologia e da Gestão aos APLs e às Cadeias Produtivas			500.000,00
4.4.90.00 -Investimentos	0255		500.000,00
Projeto: 22.661.1064.4170 -Implantação de Distritos Industriais			404.600,00
4.4.90.00 -Investimentos	0255		404.600,00
43000 – SECRETARIA DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E EMPREGO			
00611 – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S/A			
Op. Especial: 23.691.1013.3814 - Concessão de Crédito para Fomento ao Empreendedorismo			20.000.000,00
4.5.90.00 -Inversões Financeiras	0255		20.000.000,00
TOTAL			36.000.000,00

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 3 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 90/2014

Recife, 3 de junho de 2014.

Senhor Presidente,

Valho-me do ensejo para remeter a essa Egrégia Assembleia Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, crédito suplementar no valor de R\$ 10.149.000,00 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil reais), em favor da SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS para aplicação no Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO.

A solicitação em apreço objetiva reforçar dotação orçamentária insuficiente para cobrir despesas relativas à execução de projetos na área de recursos hídricos, para aplicação no âmbito das ações emergenciais de combate à estiagem que assola o interior do Estado, com a implantação de sistemas de dessalinização no agreste e sertão.

Os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo Único do Projeto de Lei são os provenientes de superávit financeiro do exercício de 2013, apurado no Balanço Patrimonial da Administração Direta, na fonte de recursos “0126 - Compensação Financeira de Recursos Hídricos”.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e a seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 3 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 2030/2014

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, em favor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, crédito suplementar no valor de R\$ 10.149.000,00 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil reais), destinado ao reforço das dotações orçamentárias especificada no Anexo Único.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento da despesa de que trata o art. 1º são os provenientes de *superávit* financeiro do exercício de 2013, apurado no Balanço Patrimonial da Administração Direta, na fonte de recursos “0126 - Compensação Financeira de Recursos Hídricos”, no valor de R\$ 10.149.000,00 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil reais).

Art. 3º As naturezas de despesa de que trata o Anexo I, do art. 1º da Lei nº 15.250, de 28 de março de 2014, que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, em favor do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso de Pernambuco – FEDIPE, no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), na ação de número de ordem “4137”, terão os valores de suas modalidades de aplicação invertidos em relação àqueles aprovados originalmente, permanecendo inalterados o valor total e demais atributos, conforme discriminação:

Natureza da Despesa	Denominação	Fonte	Valor em R\$
3.3.50.00	Outras Despesas Correntes	0101	900.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	0101	50.000,00
	TOTAL		950.000,00

Art. 4º A natureza de despesa de que trata o Anexo II, do art. 2º da Lei nº 15.251, de 28 de março de 2014, que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, em favor da Secretaria de Cultura, no valor de R\$ 34.768,98 (trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos), na ação de número de ordem “2751”, terá sua denominação alterada conforme definido abaixo, mantendo-se inalterados o valor aprovado e demais atributos, conforme discriminação:

Natureza da Despesa	Denominação	Fonte	Valor em R\$
4.4.90.00	Investimentos	0101	34.768,98
	TOTAL		34.768,98

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO			
(CRÉDITO SUPLEMENTAR)			
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO	ORÇAMENTO FISCAL 2014	RECURSOS DE TODAS AS FONTES	EM R\$
ESPECIFICAÇÃO		FONTE	VALOR
48000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			
00209 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO			
Projeto: 18.544.0258.0560 - Apoio à Implantação e Implementação de Projetos na Área de Recursos Hídricos			10.149.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes		0126	600.000,00
4.4.90.00. - Investimentos		0126	9.549.000,00
TOTAL			10.149.000,00

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 3 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 91/2014

Recife, 3 de junho de 2014.

Senhor Presidente,

Valho-me do ensejo para remeter a essa Egrégia Assembleia Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, crédito especial no valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), em favor do Tribunal de Contas.

A solicitação em apreço tem por finalidade fazer incluir no Plano Plurianual 2012/2015 e no Orçamento Fiscal do Estado para 2014 a Ação Concessão de Auxílio Saúde do Tribunal de Contas do Estado, que tem por objeto atender demanda de custeio do Tribunal de Contas do Estado.

Os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo I do incluso Projeto de Lei serão os provenientes de anulação de dotações próprias, especificadas no Anexo II, na forma do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e a seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 3 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 2031/2014

Ementa: Inclui Ação no Plano Plurianual 2012/2015 e abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas, relativo ao exercício de 2014.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída no Plano Plurianual 2012/2015, aprovado pela Lei nº 14.532, de 9 de dezembro 2011, a Ação a seguir especificada, segundo os seus respectivos atributos:

02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

0002 - Tribunal de Contas - Administração Direta

DESCRIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO

Programa: 0991 – Apoio Gerencial e Tecnológico às Ações do Tribunal de Contas
Objetivo: Coordenar e Implementar as políticas, diretrizes e objetivos do Tribunal de Contas e assegurar o suporte administrativo e tecnológico necessário ao seu desempenho.
Atividade:01.331.0991.0352 – Concessão de Auxílio Saúde do Tribunal de Contas do Estado

Art. 2º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao presente exercício de 2014, em favor do Tribunal de Contas do Estado, crédito especial no valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), discriminado no Anexo I.

Art. 3º Os recursos necessários ao atendimento da despesa de que trata a presente Lei serão os provenientes da anulação, em igual importância, das dotações discriminadas no seu Anexo II.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I			
(CRÉDITO ESPECIAL)			
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO	ORÇAMENTO FISCAL 2014	RECURSOS DE TODAS AS FONTES	EM R\$
ESPECIFICAÇÃO		FONTE	VALOR
20000 – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO			
02000 – Tribunal de Contas - Administração Direta			
Op. Especial: 01.331.0991.0352 -Concessão de Auxílio Saúde do Tribunal de Contas do Estado			2.100.000,00
3.3.90.00 –Outras Despesas Correntes		0101	2.100.000,00
TOTAL			2.100.000,00
ANEXO II			
(ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO)			
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO	ORÇAMENTO FISCAL 2014	RECURSOS DE TODAS AS FONTES	EM R\$
ESPECIFICAÇÃO		FONTE	VALOR
20000 – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO			
02000 – Tribunal de Contas - Administração Direta			
Atividade: 01.122.0991.4411 -Suporte às Atividades Fins do Tribunal de Contas			1.200.000,00

3.1.90.00 –Despesas com Pessoal	0101	1.200.000,00
Operação Especial: 01.846.0991.1391 –Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores do Tribunal de Contas		900.000,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	0101	900.000,00
TOTAL		2.100.000,00

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 3 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

Projeto

Projeto de Lei Ordinária N° 2028/2014

Ementa: Institui o Dia Estadual da Paz nos estádios do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o dia 2 de maio o Dia Estadual da Paz nos estádios.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Justificativa

A primeira vez em que o futebol pernambucano vivenciou uma morte causada diretamente pelo futebol foi em 2001, quando, após uma briga entre as organizadas do Náutico e do Santa Cruz, Daniel Ramos da Silva, de 17 anos, levou um tiro no peito e outro na cabeça. Desde então, o terror acompanha quem se arrisca a assistir a um jogo nos estádios. Em 2012, em mais uma briga entre alvirubros e rubro-negros, Caio César Silva Reis morreu atropelado por um ônibus enquanto fugia de uma briga. Outro caso chocante ocorreu no ano seguinte. Lucas Lyra teve sua cabeça alvejada por uma bala após uma confusão entre uniformizados, que estavam em um ônibus antes de um jogo entre Náutico e Central pelo Pernambucano de 2013. O ferimento não tirou a vida do torcedor, mas tirou a sua independência. Até hoje, o torcedor habita em uma cama de hospital. Pernambuco parecia acomodado com o ciclo ininterrupto de aruaças, depredações, brigas e outros tipos de violência relacionados aos jogos de futebol. Sujeira jogada para debaixo do tapete pelas autoridades e soluções cobradas com muita timidez pelos próprios cidadãos. As pessoas de bem sobrevivem ao redor do pesadelo semanal, esquivando-se, mudando trajetos, buscando distância da tormenta de agressividade. Contudo, um rosto agora não deve ser mais esquecido por um bom tempo. Espalhadas por redes sociais, fotos do jovem Paulo Ricardo Gomes da Silva, 26 anos, assassinado no último dia 2 de maio, quando saía de uma partida realizada no Arruda, atingido por uma privada arremessada de dentro do estádio. A repercussão da morte de Paulo Ricardo não ficou restrita ao Brasil. Como o país será sede da Copa do Mundo, vários jornais internacionais deram destaque ao acontecimento. Na maioria das matérias o tom era de preocupação e de indignação com o ocorrido. Por ser de grande importância para o povo pernambucano, este dia será um momento de reflexão sobre a gravidade das brigas entre as torcidas e de estímulo à cultura de paz e de tolerância dentro do futebol. Sem mais, solicitamos, desta feita, a anuência dos nobres pares a esta propositura.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Betinho Gomes
Deputado

Às 1ª , 3ª e 5ª Comissões.

Pareceres de Comissões

Parecer N° 6265/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2014
Autor: Deputado Isaltino Nascimento

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA TORNAR OBRIGATÓRIO A TODA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO QUE OPERA PLANOS OU SEGUROS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE A BUSCAR POR VAGAS NAS UNIDADES HOSPITALARES CONVENIADAS E A REMOVER OS PACIENTES DA SUA ORIGEM ATÉ A UNIDADE DISPONIBILIZADORA DA VAGA. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE *COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE* - ART. 24, V (PRODUÇÃO E CONSUMO) E XII (PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE), DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE, NO ENTANTO, DE EXTENSÃO DE COBERTURAS CONTRATUAIS MEDIANTE LEI ESTADUAL. MATÉRIA, NESSE PONTO, INSERIDA NA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO CIVIL, NOS TERMOS DO ART. 24, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APRESENTAÇÃO DE SUBSTITUTIVO PARA EXPURGAR A INCONSTITUCIONALIDADE EXISTENTE. PELA APROVAÇÃO, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO PELO RELATOR.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, que visa tornar obrigatório a toda pessoa jurídica de direito privado que opera planos ou seguros de assistência à saúde a buscar por vagas nas unidades hospitalares conveniadas e a remover os pacientes da sua origem até a unidade disponibilizadora da vaga. O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Carta Estadual c/c com o art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria encontra-se insera na esfera de **competência legislativa concorrente** da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme estabelece o art. 24, V e XII, da CF/88, *in verbis*:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V – produção e consumo;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;”

Registre-se, por oportuno, que os contratos celebrados pelas empresas de planos privados de assistência à saúde não têm a natureza de seguro, razão pela qual a matéria não é de iniciativa privativa da União (art. 22, VII, da CF/88).

Efetivamente, conforme ressaltado pelo Min. EROS GRAU, o STF já firmou posição nesse sentido, ressaltando que pode haver intervenção legislativa por parte dos Estados com fundamento na competência concorrente para dispor sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, da CF/88). Eis o seguinte trecho do voto proferido na **ADI nº 1.589/SP**:

“Afasto contudo o argumento, contido na inicial, segundo o qual os contratos celebrados pelas empresas de planos privados de assistência à saúde consubstanciaríam tão-somente uma relação de seguro, pura e simples. Consoante salientado pelo Ministro Nelson Jobim, voto vista na ADI/MC 1.931, a Constituição do Brasil deslocou para o âmbito da saúde os planos privados de prestação de serviços de saúde. Do citado voto vista, cabe destacar o seguinte trecho:

(...) Fica, assim, claro que a Constituição Federal deslocou para a área exclusiva da ‘Saúde’ os planos privados de prestação desses serviços – de saúde. Por força desse regramento constitucional de 1.988, aquilo que se denominava ‘seguro-saúde’ deixou de integrar as regras relativas ao que se possa entender como ‘Sistema Financeiro Nacional’. Antes da Emenda 40/2003, remanesciam, por força da própria regra constitucional anterior, como integrantes do sistema financeiro e sujeitas ao regramento por leis complementares, todas as modalidades de seguro, resseguro, previdência e capitalização, exceto aquelas modalidades que eram abrangidas pela expressão ‘seguro-saúde’ e que, após 1988, passaram a se constituir em ‘serviços privados de saúde’. Entendo, por isso, que a matéria disciplinada pela L. 9.656/98, desde sua edição original – porque trata de planos privados de saúde – não estava sujeita à lei complementar. Foi a CF que, já na redação original, fez a diferença. Tenho que as mudanças introduzidas pela MP 1.908-18/99, nesse ponto, foram restritas ao aprimoramento técnico. Usando a mesma linguagem de MAURÍCIO, digo eu que foi o art. 197 da CF, em 1.988, antes mesmo da MP 1.908-18/99, que procedeu uma mudança radical nos planos privados de saúde ‘..., desligando-os geneticamente da definição de seguro ...’. Os planos privados de saúde não integram o que, em 1.988, a Constituição fazia englobar dentro da expressão ‘sistema financeiro nacional’. Os Planos Privados de Saúde e, por consequência, as empresas que prestam esses serviços, integram, desde 1.988, isto sim, as ‘ações e serviços

de saúde’, definidos em título próprio da Constituição (Título VIII, Capítulo II, Seção II – ‘DA SAÚDE’). (...)’.

Como já tive oportunidade de afirmar, os serviços de saúde, quer sejam prestados pelo Estado, quer por particulares, configuram serviço público não privativo, isto é, podem ser prestados pelo setor privado independentemente de concessão, permissão ou autorização. São porém, sem sombra de dúvida, serviço público. Este ponto à primeira vista conduziria à conclusão de que o Estado-membro teria competência concorrente para legislar sobre a matéria, nos termos do disposto no artigo 24, XII, da Constituição. (...)”

Entretanto, a competência legislativa estadual não abarca a possibilidade de extensão de coberturas contratuais a cargo das operadoras de planos de saúde.

Efetivamente, tal matéria encontra-se inserida na competência privativa da União para legislar sobre direito civil, nos termos do art. 24, I, da Constituição Federal.

Nesse sentido:

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 9.495, DO ESTADO DE SÃO PAULO. ABRANGÊNCIA DO ATENDIMENTO DOS PLANOS DE SAÚDE. MATÉRIA CONSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDA À UNIÃO. ARTIGO 22, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. CENÁRIO LEGISLATIVO AO TEMPO DA PROPOSITURA DA PRESENTE AÇÃO DIVERSO DO ATUAL. DECRETO-LEI 73/66. PUBLICAÇÃO ULTERIOR DA LEI FEDERAL N. 9.656/98. DISCIPLINA DA EXPLORAÇÃO DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. REVOGAÇÃO DO TEXTO NORMATIVO ESTADUAL PELA LEI FEDERAL POSTERIOR. PEDIDO PREJUDICADO. ART. 102, I, “a”, DA CB. 1. Lei estadual que estabelece extensão do atendimento dos planos de saúde no Estado de São Paulo. Matéria cuja competência foi constitucionalmente atribuída à União, nos termos do disposto no artigo 22, inciso I, da Constituição do Brasil. 2. Cenários legislativos distintos, ao tempo da propositura da ação — decreto-lei 73/66 — e ao tempo de seu julgamento definitivo — Lei federal n. 9.656, de 3 de junho de 1998. Disciplina da atuação das empresas cuja atividade envolve a exploração de planos privados de assistência à saúde. 3. Acréscimo de lei federal ao ordenamento jurídico, cujo conteúdo diverge de texto normativo estadual. Revogação da lei estadual. 4. Pedido da ação direta de inconstitucionalidade prejudicado.” (STF, Tribunal Pleno, ADI nº 1569/SP, rel. Min. EROS GRAU, pub. no DJ de 07/12/2006, p. 34 e na RT, v. 96, nº 858, 2007, p. 151-157)

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. LEI ESTADUAL QUE ESTABELECE UNIVERSALIDADE DA COBERTURA POR EMPRESAS PRIVADAS NOS CONTRATOS DE SEGURO SAÚDE. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO CIVIL E COMERCIAL. ART. 22, I, DA CF. IMPOSSIBILIDADE EM FACE DO NEGÓCIO JURÍDICO SINALAGMÁTICO. LIMINAR DEFERIDA.” (STF, Tribunal Pleno, ADI nº 1595/SP, rel. Min. NELSON JOBIM, pub. no DJ de 19/12/2002, p. 69)

Atualmente, o § 4º do art. 10 da Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998, defere com exclusividade à Agência Nacional de Saúde – ANS a atribuição para editar as normas definidoras das coberturas contratuais:

“Art. 10.

§ 4º A amplitude das coberturas, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será definida por normas editadas pela ANS.”

Dessa forma, a previsão feita na proposição ora em análise quanto a obrigatoriedade de remoção do usuário para a unidade conveniada disponibilizadora de vaga é tema reservado à regulamentação por parte da ANS, vez que versa sobre cobertura contratual.

A fim de expurgar o vício de inconstitucionalidade acima tratado e aperfeiçoar a redação do projeto de lei ora em análise, proponho a aprovação do seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 01/2014
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1824/2014

Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2014.

Art. 1º O Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2014 passa a ter a seguinte redação:

“Ementa: Obriga as operadoras de planos privados de assistência à saúde a efetuar procura por vagas nas unidades hospitalares conveniadas, e dá outras providências.

Art. 1º As operadoras de planos privados de assistência à saúde ficam obrigadas a efetuar procura por vagas, dentro das especialidades oferecidas, nas suas unidades hospitalares conveniadas.

Art. 2º As infrações às normas desta Lei ficam sujeitas às sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, previstas e regulamentadas nos artigos 56 a 60 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante prévio procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.

Art. 4º Cabe ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua fiel execução.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, nos termos do substitutivo acima proposto.

Rodrigo Novaes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, nos termos do substitutivo acima proposto.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 3 de junho de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Rodrigo Novaes.
Favoráveis os (6) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6266/2014

Projeto de Lei Ordinária n° 1873/2014
Autor: Deputado Pastor Cleiton Collins

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR A LEI Nº 14.807, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012, QUE DETERMINA AOS ESTABELECIMENTOS FORNECEDORES DE REFEIÇÕES RÁPIDAS - FAST FOOD - INFORMAREM AOS SEUS CONSUMIDORES POR MEIO DE TABELA AFIXADA EM LOCAL VISÍVEL E DE FÁCIL ACESSO, OS ÍNDICES NUTRICIONAIS E CALÓRICOS DAS REFEIÇÕES OFERECIDAS E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE *PRODUÇÃO E CONSUMO* (ART. 24, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). INTELIGÊNCIA DO ART. 6º, III DA LEI Nº 8.087, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA MODIFICATIVA PROPOSTA PELO RELATOR.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1873/2014, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, que visa alterar a Lei nº 14.807, de 31 de outubro de 2012, que determina aos estabelecimentos fornecedores de refeições rápidas - Fast Food - informarem aos seus consumidores por meio de tabela afixada em local visível e de fácil acesso, os índices nutricionais e calóricos das refeições oferecidas e dá outras providências.

O projeto de lei em referência tramita sob o regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria encontra-se insera na esfera de **competência legislativa concorrente** da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme estabelece o art. 24, V, da CF/88, *in verbis*:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V – produção e consumo;”

Nesse diapasão, objetiva o projeto especificar, na divulgação do alimento, valores nutricionais, que encontra respaldo no art. 6º, inciso III da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, *ipsis litteris*:

“Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;”

Inexistem, em suas disposições, vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Entretanto, a fim de aperfeiçoar a redação da proposição, quanto às sanções decorrentes do não cumprimento, proponho a aprovação da seguinte emenda modificativa:

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2014
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1873/2014.**

Ementa: *Altera o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 1873/2014.*

Art. 1º O art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 1873/2014 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei Estadual nº 14.807, de 31 de outubro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

EMENTA: Os restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos comerciais congêneres que trabalhem com a venda e/ou consumo de produtos alimentícios ficam obrigados a divulgar nas vitrines, cardápios e afins o valor calórico das refeições oferecidas e dá outras providências.

Art. 1º Os restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos comerciais congêneres que trabalhem com a venda e/ou consumo de produtos alimentícios ficam obrigados a divulgar nas vitrines, cardápios e afins, o valor calórico das refeições oferecidas.

Art. 2º A divulgação deverá ser da seguinte forma:

I - Nos restaurantes com alimentação self-service, o valor calórico deverá ser divulgado por porção do alimento, junto à descrição do item;

II - Nas vitrines de lanchonetes, junto ao preço do alimento, estarão contidas as calorias;

III- Nos estabelecimentos com cardápio, junto à descrição da refeição, constará o valor calórico.

Parágrafo único. As calorias contidas nas refeições devem ser calculadas por um profissional graduado em nutrição.

Art. 3º As infrações às normas desta Lei ficam sujeitas, conforme o caso, às sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, previstas e regulamentadas nos artigos 56 a 60 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor após decorridos 30 (trinta) dias da sua publicação oficial.”

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1873/2014, de autoria do Pastor Cleiton Collins, nos termos do da Emenda Modificativa proposta.

**Antônio Moraes
Deputado**

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1873/2014, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, nos termos da Emenda Modificativa proposta

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 3 de junho de 2014.**

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Antônio Moraes.
Favoráveis os (6) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6267/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 2008/2014
Autor: Governador do Estado**

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR A LEI Nº 12.984, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E O SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS. MATÉRIA INSERIDA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2008/2014, de autoria do Governador do Estado, que visa alterar a Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A alteração no referido diploma legal objetiva otimizar os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, de forma que a execução das aplicações do Fundo poderá ser reforçada com recursos de convênios e outras fontes disponíveis no órgão gestor do fundo. O Projeto tramita sob regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arriada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se insera na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes**: “A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302) Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência

remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: “Art. 25.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Por outro lado, a matéria do projeto de lei ora em análise encontra-se insera na esfera de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, *in verbis*: “Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição. § 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou **aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo**.”

Por fim, registre-se que inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2008/2014, de autoria do Governador do Estado.

**Tony Gel
Deputado**

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2008/2014, de autoria do Governador do Estado.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 3 de junho de 2014.**

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (6) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6268/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 2009/2014
Autor: Governador do Estado**

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR A LEI Nº 14.028, DE 26 DE MARÇO DE 2010, QUE CRIA A AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA - APAC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERIDA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º, II E IV DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2009/2014, de autoria do Governador do Estado, que visa alterar a Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, e dá outras providências.

A alteração proposta no referido diploma legal visa estabelecer que, em relação ao percentual referido no caput do art. 28, não serão computados os recursos originários do “superávit” de exercícios anteriores decorrentes da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de Energia Elétrica, que compõem a Receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, parcela que poderá ser utilizada doravante conforme dispuser o órgão gestor do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O Projeto tramita sob regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arriada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se insera na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes**: “A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302) Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: “Art. 25.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Por outro lado, a matéria do projeto de lei ora em análise encontra-se insera na esfera de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, *in verbis*: “Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição. § 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou **aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo**.”

VI – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado, de órgãos e de entidades da administração Pública.” Por fim, registre-se que inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2009/2014, de autoria do Governador do Estado.

**Tony Gel
Deputado**

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2009/2014, de autoria do Governador do Estado.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 3 de junho de 2014.**

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (6) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6269/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 2010/2014
Autor: Governador do Estado**

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA INSTITUIR O FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE APOIO À SECRETARIA DA FAZENDA – FASEFAZ. MATÉRIA INSERIDA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2010/2014, de autoria do Governador do Estado, que visa instituir o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda – FASEFAZ.

A proposta apresentada institui o FASEFAZ, a ser integralizado por até 5% (cinco por cento) da totalidade dos recursos alocados no Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias - FAAF, previsto no art. 12 da Lei nº 11.333, de 3 de abril de 1996. Os recursos do Fundo devem ser distribuídos mensalmente, de forma igualitária, aos servidores e empregados públicos do Poder Executivo Estadual que se encontrem em efetivo exercício na Secretaria da Fazenda, excetuados os integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Pública – Apoio Fazendário – GOGP – AF e do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco – GOATE, observado o limite de 140 (cento e quarenta) beneficiários.

O Projeto tramita sob regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arriada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se insera na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes**: “A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302) Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: “Art. 25.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Por outro lado, a matéria do projeto de lei ora em análise encontra-se insera na esfera de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, *in verbis*: “Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição. § 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou **aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo**.” Por fim, registre-se que inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2010/2014, de autoria do Governador do Estado.

**Ricardo Costa
Deputado**

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2010/2014, de autoria do Governador do Estado.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 3 de junho de 2014.**

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Ricardo Costa.
Favoráveis os (6) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6270/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 2011/2014
Autor: Governador do Estado**

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA AUTORIZAR SUPRESSÃO DE SEGMENTOS DE VEGETAÇÃO DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS ÁREAS QUE ESPECIFICA, E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTORIZAÇÃO CONDICIONADA, NOS TERMOS DO ART. 8º, § 2º, DA LEI Nº 11.206, DE 31 DE MARÇO DE 1995, À

COMPENSAÇÃO DA VEGETAÇÃO SUPRIMIDA, COM A PRESERVAÇÃO OU RECUPERAÇÃO DE ECOSSISTEMA SEMELHANTE, CORRESPONDENTE ÀS ÁREAS DEGRADADAS, NO MÍNIMO, COM IDÊNTICA EXTENSÃO FÍSICA. ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2011/2014, de autoria do Governador do Estado, que visa Autoriza supressão de segmentos de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica.

A supressão de vegetação de que trata a proposição ora encaminhada tem por finalidade viabilizar a implantação dos Parques Eólicos Ventos de Santa Brígida I, II, III, IV, V, VI e VII, nos Municípios de Caetés, Pedra e Paranatama, neste Estado. A autorização para supressão de segmentos de vegetação de que trata esta Lei fica condicionada à compensação das vegetações suprimidas, com a preservação ou recuperação de ecossistemas semelhantes, em áreas no mínimo correspondentes às degradadas, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995.

Por fim, saliento que a proposição tramita sob regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arriada no art. 19, *caput*, da Carta Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

É de se ressaltar que a supressão da vegetação em tela permanecerá condicionada à compensação da vegetação suprimida com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em área no mínimo correspondente à área degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 1995. Dispõe o citado dispositivo legal: “Art. 8º É proibida a supressão parcial ou total da vegetação permanente, salvo quando necessário a execução de obras, planos ou projetos de utilidade pública ou interesse social e não existam Estado nenhuma outra alternativa de área de uso.

§ 2º A supressão da vegetação de que trata este artigo deverá ser composta com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em no mínimo correspondente a área degradada que garante a evolução e a ocorrência dos processos ecológicos, anteriormente a conclusão da obra.”

Ressalte-se, ainda, que, conforme dispõe o art. 1º, II da Lei nº 14.990, de 29 de maio de 2013, “fica condicionada à compensação da vegetação suprimida com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em área no mínimo correspondente à degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 1995. Inexistem quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade na proposição ora em análise. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2011/2014, de autoria do Governador do Estado.

**Rodrigo Novaes
Deputado**

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2011/2014, de autoria do Governador do Estado.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 3 de junho de 2014.**

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Rodrigo Novaes.
Favoráveis os (6) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6271/2014

**Projeto de Resolução nº 2026/2014
Autor: Deputado Daniel Coelho**

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA CONCEDER O TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO AO PASTOR BARUCH DA SILVA BENTO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 199, X E 271 A 275 DO REGIMENTO INTERNO DESTE PODER LEGISLATIVO. ATENDIDOS OS PRESUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº 2026/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho, que visa conceder o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Pastor Baruch da Silva Bento.

2. Parecer do Relator

A presente proposição vem arriada no art. 199, X, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Inicialmente, é mister destacar que o homenageado possui vasto rol de serviços prestados ao Estado de Pernambuco, consoante justificativa apresentada, *in verbis*:

“Nascido no município de Codó no estado do Maranhão, em 28 de abril de 1937, o Pastor Baruch Bento, com sua atividade missionária, foi responsável pela difusão da palavra de Deus na imensa lista de Igrejas Batistas por onde passou como pastor titular e pastor interino. Hoje após 52 anos de ministério, homenagear este Ministro da Primeira Igreja Batista, filho de Rubens de Souza Bento e Maria Lídia da Silva Bento que, converteu-se ao evangelho aos 15 anos e aos 16 foi batizado é um reconhecimento a toda uma história de dedicação e amor ao próximo e ao ofício que escolheu para a vida. Veio com a família residir em Pernambuco em 1987 e aqui dedica a vida à Igreja Evangélica. Pastor titular da Primeira Igreja Batista nas igrejas de Souza, São Gonçalo, Canto, Gravatá, Campina Grande simultaneamente. Serviu interinamente nas igrejas de Cajazeiras, Coremas, Picuí, Cuité, Barra de Santa Rosa, Esperança, Ebénezer, Sapé, Mamanguape, Itaporoca. Serviu como pastor efetivo nas igrejas de Piedade, Toróres, São dos Carvalhos, Pontezinha, Aliança, e também na Igreja Evangélica Batista Central, em Carpina e na Segunda Igreja Batista de São Lourenço da Mata. Em Carpina, no seu pastorado, revitalizou o corpo diaconal e despertou vocações. Sediou a extensão de educação religiosa, beneficiando as Igrejas Batistas da Mata Norte. A atividade missionária do Pastor Baruch Bento levou à plantação de congregação no bairro Jardim Neopolis e outra no povoado Umani, em Bom Jardim. A Primeira Igreja Batista de Carpina, na celebração do jubileu de ouro ministerial do Pastor, recebeu a visita de mais de cinquenta pastores de campos de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de muitos

membros das igrejas por ele pastoreadas. É casado com Eunice Viana Bento, com quem teve 9 (nove) filhos, 13 (treze) netos e 3 (três) bisnetos. Portanto, é com imensa satisfação que justifico este pedido para que seja concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Pastor Baruch da Silva Bento”.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2026/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho.

Waldemar Borges <div>Deputado</div>
3. Conclusão da Comissão
<p>Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2026/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho.</p>
Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 3 de junho de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Waldemar Borges.
Favoráveis os (6) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6272/2014

Relatório

Vem à comissão de Negócios Municipais, para análise e emissão de parecer, o projeto de Lei Ordinária nº 1281/2013, oriundo do Poder Executivo. Vem dispor sobre a publicidade dos atos, obras serviços e campanhas dos órgãos públicos e dá outras providências, de autoria do Governador do Estado de Pernambuco.

Parecer do Relator

A matéria versada neste projeto de lei esta em conformidade com a competência da união e municípios, amparada no Art. 25, §1º da Constituição da Republica Federativa do Brasil, da Constituição do Estado de Pernambuco, quando da competência desta casa para legislar sobre matéria desta natureza:

Art.2º 25 — Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observando os princípios desta Constituição.
§ 1º - são reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedados esta Constituição.

A presente proposição tem como objetivo geral de Dispõe sobre a publicidade dos atos, obras serviços e campanhas dos órgãos públicos e dá outras providências, reservando, no mínimo, 20% (vinte por cento), da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos, devendo ter caráter educativo. Declaro-me favorável a aprovação do Projeto de lei ordinária de nº 1281/2013, de autoria do Governador do Estado.

Francismar Pontes <div>Deputado</div>
Conclusão da Comissão
<p>Acolhendo o parecer fundamentado do relator, decide este Colegiado pela aprovação do projeto de Lei Ordinária nº 1281/2013, de Autoria do Governador do Estado.</p>
Sala da Comissão de Negócios Municipais, em 21 de maio de 2014.

Presidente: Francismar Pontes.
Relator : Francismar Pontes.
Favoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Francismar Pontes, Leonardo Dias, Ramos.

Parecer N° 6273/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2008/2014
Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco
Autoria: Governador do Estado de Pernambuco

Ementa: Altera a Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Recursos Hídricos. ***Pela aprovação.***

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o **Projeto de Lei Ordinária nº 2008/2014**, oriundo do Poder Executivo, encaminhado pelo Poder Executivo, através da Mensagem nº 84/2014, datada de 20 de maio de 2014.

O Projeto de Lei visa alterar a Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

2. Parecer do Relator

A propositura modifica O art. 60 referenciado no Projeto de Lei, relacionando as receitas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, como a seguir:

Art. 60. Constituirão recursos do FEHIDRO:
I – os repasses do Estado e as transferências dos municípios, e aquelas destinadas por disposição legal ou orçamentária;
II - as transferências da União e de outros Estados destinadas à execução de planos e programas de recursos hídricos de interesse comum;
III - as receitas decorrentes da compensação financeira que o Estado ou municípios transferir com relação aos aproveitamentos hidroenergéticos em seus territórios;
IV - o produto da cobrança pela utilização de recursos hídricos;
V - as contribuições financeiras de entidades nacionais e internacionais;
VI – os recursos provenientes de ajuda e cooperação nacional e internacional e de acordos entre governos;
VII - o produto de aplicações de multas cobradas dos infratores da legislação relativa aos recursos hídricos;
VIII - os recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de usos múltiplos dos recursos hídricos ou de interesse comum ou coletivo;
IX – as doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
X - os recursos financeiros para financiamento e intervenções contemplados no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia hidrográfica; e
XI – outros recursos.
 (grifo nosso).

Desse rol, a principal fonte de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO é a 0126 - Compensação Financeira de Recursos

Hídricos, criada para registrar a aplicação dos recursos contabilizados na natureza da receita 1721.22.11 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS.

No entanto, a Lei Estadual nº 14.028/2010, em seu art. 28, alterou o montante do item principal que deixou de ser 100% e foi reduzido para 50% daqueles recursos, ficando os restantes 50% para aplicação pela Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, in verbis:

Art. 28. Dos recursos da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica, que compõem receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, no mínimo 50% (cinquenta por cento) serão aplicados pela APAC.
 Na Lei Orçamentária Anual de 2014, o FEHIDRO se constitui como uma Unidade Orçamentária, vinculada à Secretaria de Infraestrutura, e cujas ações orçamentárias devem observar o disposto no art. 63 da Lei Estadual nº 12.984/2005, in verbis:

Art. 63. Os recursos financeiros do FEHIDRO destinar-se-ão às seguintes aplicações:
I - financiamento às Instituições públicas e privadas, para a realização de projetos, serviços, aquisição de equipamentos, contratação de serviços, inclusive de infraestrutura, necessários à fiscalização, monitoramento, conservação, uso racional, controle e proteção dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, destinados ao interesse público, e manutenção do Órgão Gestor de Recursos Hídricos do Estado;
II - realização de programas conjuntos entre o Estado, a União e os Municípios, relativos ao aproveitamento múltiplo, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos e defesa contra eventos críticos que ofereçam perigo à saúde pública, prejuízos econômicos ou sociais;
III - programas de estudos e pesquisas, desenvolvimento tecnológico e capacitação de recursos humanos de interesse do gerenciamento dos recursos hídricos;
IV - custos de administração do FEHIDRO; e
V - gestão integrada e participativa dos recursos hídricos.

Dessa maneira, é pretendido com o Projeto de Lei em comento otimizar os recursos do FEHIDRO, que conta com uma arrecadação de pouco mais de R\$ 5 milhões por ano na fonte 0126, de forma que a execução das supramencionadas aplicações do Fundo poderá ser reforçada com recursos de convênios e outras fontes disponíveis no órgão gestor do fundo.

Cabe destacar que conforme análise exarada em parecer pela competente Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, inexistе nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Assim, ressaltando-se a análise sob os aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal e das leis orçamentárias, nos termos do art. 96, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo opino pela **aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 2008/2014**, oriundo do Poder Executivo.

Mavíael Cavalcanti <div>Deputado</div>
3. Conclusão da Comissão
<p>Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o Projeto de Lei Ordinária nº 2008/2014, de autoria do Governador do Estado, está em condições de ser aprovado.</p>
Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 3 de junho de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Mavíael Cavalcanti.
Favoráveis os (4) deputados: Betinho Gomes, Henrique Queiroz, Leonardo Dias, Raquel Lyra.

Parecer N° 6274/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2009/2014
Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco
Autoria: Governador do Estado de Pernambuco

Ementa: Altera a Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, e dá outras providências. ***Pela aprovação.***

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o **Projeto de Lei Ordinária nº 2009/2014**, oriundo do Poder Executivo, encaminhado pelo Poder Executivo, através da Mensagem nº 85/2014, datada de 20 de maio de 2014.

O Projeto de Lei visa alterar a Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC.

2. Parecer do Relator

A propositura modifica o artigo 28, da Lei nº 14.028/2010, que estabelece que, das receitas de compensação financeira de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, que compõem os recursos do FEHIDRO, no mínimo 50% serão aplicados pela APAC.

Ressalte-se que o artigo 29, do mesmo diploma legal dispõe, por sua vez, que o órgão gestor dos recursos hídricos do Estado e, portanto, do FEHIDRO, é a Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos.

Neste diapasão, o Projeto de Lei em epígrafe propõe incluir um parágrafo único, artigo 28, estabelecendo que na composição do percentual de 50% das receitas do FEHIDRO, relativas à geração de energia elétrica, para a APAC, não serão computados os recursos originários do superávit de exercícios anteriores daquelas receitas, em sua integralidade, - parcela que poderá ser utilizada doravante conforme dispuser o órgão gestor do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – no caso a SRHE, propiciando, dessa forma, a ampliação de recursos para aplicação em um leque maior de ações vinculadas aos recursos hídricos.

Cabe destacar que conforme análise exarada em parecer pela competente Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, inexistе nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Assim, ressaltando-se a análise sob os aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal e das leis orçamentárias, nos termos do art. 96, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo opino pela **aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 2009/2014**, oriundo do Poder Executivo.

Betinho Gomes <div>Deputado</div>
3. Conclusão da Comissão
<p>Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o Projeto de Lei Ordinária nº 2009/2014, de autoria do Governador do Estado, está em condições de ser aprovado.</p>

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 3 de junho de 2014.
Presidente: Clodoaldo Magalhães. Relator : Betinho Gomes. Favoráveis os (4) deputados: Henrique Queiroz, Leonardo Dias, Mavíael Cavalcanti, Raquel Lyra.

Parecer N° 6275/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1335/2013, já aprovado em segunda e última discussão, e de acordo com o art. 109 do Regimento Interno, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Dispõe sobre o abandono de veículos automotores em logradouros públicos, assim entendidos como vias urbanas, praças, ruas, passeios, ou jardins públicos e em pistas de rolamento, acostamentos ou faixas de domínio das estradas e das rodovias estaduais, estabelece diretrizes e procedimentos para sua remoção ou sua destinação e dá outras providências.

Art. 1º Os veículos automotores abandonados em logradouros públicos, assim entendidos como vias urbanas, praças, ruas, passeios, ou jardins públicos e em pistas de rolamento, acostamentos ou faixas de domínio das estradas e das rodovias estaduais, deverão ser removidos de acordo com as diretrizes e procedimentos estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se veículo abandonado nos logradouros públicos e em pistas de rolamento, acostamentos ou faixas de domínio das estradas e das rodovias estaduais, o que se encontra em qualquer uma das seguintes condições:

I - estacionado e apresentando evidente estado de abandono, por prazo superior a 15 dias;

II - sem placas de identificação obrigatória;

III - em visível e flagrante estado de má conservação ou decomposição de sua carroceria e de suas partes removíveis, aí incluindo pneus amiados impossibilitando a sua circulação;

IV - apresentando carroceria com sinais de colisão, ferrugem ou objeto de vandalismo ou depreciação voluntária, ainda que coberto com capa de material sintético.

Parágrafo único. O tempo de abandono do veículo previsto no inciso I deste artigo será contado a partir do registro de denúncia efetuada por qualquer cidadão ou através de constatação por agente público.

Art. 3º Para que ocorra a remoção prevista no art. 1º desta Lei, o órgão executivo rodoviário do estado, Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco- DER/PE e, os municípios pernambucanos deverão criar regulamentação específica, a fim de efetuar o recolhimento e a guarda de veiculos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o município deverá designar o órgão que será responsável pelo serviço, dentre os das áreas de segurança urbana, ambiental ou de trânsito, inclusive, indicando a sua estrutura física disponibilizada.

§ 2º Caso o município não possua área própria para guarda dos veiculos poderá, a seu critério, efetuar convênio com outros órgãos públicos.

§ 3º Compete ao DER/PE e aos municípios no âmbito de sua circunscrição a destinação, segurança, manutenção da área e da estrutura utilizada como depósito, incluindo, servidores e a regulamentação do horário de seu funcionamento.

Art. 4º O recolhimento do veículo abandonado nos logradouros públicos e em pistas de rolamento, acostamentos ou faixas de domínio das estradas e das rodovias estaduais será precedido de uma inspeção no local pelo órgão no âmbito de sua circunscrição, podendo ser enquadrado nas seguintes situações:

I - veículo identificado;

II - veículo não identificado.

Art. 5º Para o enquadramento do veículo tratado no inciso I do art. 4º, poderá ainda ser classificado como recuperável e irrecuperável, que será considerado sucata;

Parágrafo único. A classificação tratada no *caput* deste artigo ocorrerá a partir de avaliação técnica realizada pela autoridade de trânsito ou seu agente, perito ou engenheiro legalmente habilitado, expedindo laudo de acordo com os parâmetros definidos na legislação de trânsito específica para avaliação de avarias e danos.

Art. 6º Para o enquadramento dos veículos nos termos do inciso I do art. 4º deverá ser efetuada a abertura de processo instruído com termo de constatação das condições e estado de conservação do veículo, nele incluindo fotos ou imagens que possibilitem o registro da real situação do veículo:

I - deverá ser identificado o registro do veículo e seu proprietário;

II - o processo de identificação do veículo, tratado no inciso I deste artigo, poderá ser realizado pelo DER/PE ou pelo Município, através de seu órgão de trânsito quando integrado ao Sistema Nacional de Trânsito – SNT, ou ainda, mediante solicitação formal ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/PE, instruída com os dados coletados do veículo que se pretende identificar, propriedade e seu proprietário;

III - identificado o veículo e seu proprietário, através dos procedimentos previstos no inciso II deste artigo, o proprietário identificado será notificado para que efetue a retirada do veículo no prazo máximo de 72 horas, sob pena de remoção do veículo para o depósito do órgão responsável no âmbito de sua circunscrição, assumindo o proprietário todas as despesas pertinentes;

IV - a notificação encaminhada conterá no mínimo os seguintes dados:

a) nome do proprietário do veículo que constar no registro do órgão executivo de trânsito do Estado - DETRAN/PE;

b) marca e modelo do veículo e suas características de identificação (chassi e cor);

c) o local, a data e o horário da constatação do abandono;

d) prazo para retirada do veículo.

V - decorridas, sem êxito, todas as tentativas de notificar o proprietário através de meio postal, deverá ser providenciada a notificação através de edital publicado em Diário Oficial do Estado, do Município ou outro meio oficial de divulgação, estipulando novo prazo ao proprietário para a remoção do seu veículo;

VI - decorrido o prazo estabelecido para proprietário retirar o veículo, o órgão responsável no âmbito de sua circunscrição efetuará o lacre do veículo e sua para remoção para seu depósito público;

Art. 7º Para os veículos enquadrados no inciso II do art. 4º, deverá ser efetuada a abertura de processo instruído com termo de constatação das condições e estado de conservação do veículo, nele incluindo fotos ou imagens que possibilitem o registro da real situação do veículo:

I - comprovada a não identificação do veículo por ausência de placas ou da numeração do chassi, impossibilitando a expedição da notificação ao proprietário, o órgão responsável no âmbito de sua circunscrição deverá efetuar, formalmente, solicitação à Polícia Civil e à Gerência de Polícia Científica, através da Delegacia Especializada e do Instituto de Criminalística, respectivamente, para que seja realizada perícia técnica, com o objetivo de caracterizar o veículo pelos elementos identificadores outros, denominados agregados, para posterior consulta ao Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM.

II - após a identificação do veículo, na condição tratada no inciso I deste artigo, deverá ser verificado se o veículo foi utilizado para prática de crime ou de algum ato delituoso, devendo ser lavrado o Laudo Pericial que contemplará os dados obtidos na identificação e as informações de nada consta pelas instituições designadas;

III - para atender ao estabelecido nos incisos I e II deste artigo, a Polícia Civil e a Gerência de Polícia Científica, através da Delegacia Especializada e do Instituto de Criminalística, respectivamente, após verificação do veículo no local onde foi encontrado, será providenciado o seu lacre e emitida uma autorização para remoção ao depósito público do órgão responsável no âmbito de sua circunscrição, onde será efetivamente realizada a perícia dentro do prazo máximo de 60 dias;

IV - permanecendo a incapacidade de identificação do veículo no depósito público do órgão responsável pela sua circunscrição, deverá ser juntado também o Laudo Pericial emitido pelas instituições designadas no inciso I deste artigo, com as informações detalhadas das condições e do estado de conservação do “veículo”, inclusive, contemplando as informações de nada consta especificadas no inciso II deste artigo, para caracterização do bem e posterior conclusão do processo.

Art. 8º O veículo identificado considerado recuperável, conforme previsto no art. 7º, o órgão responsável no âmbito de sua circunscrição deverá notificar seu proprietário nos termos do inciso II do art. 6º.

Parágrafo único. A liberação do veículo tratado no *caput* deste artigo só poderá ser mediante comprovação da propriedade, da regularidade do licenciamento, dos pagamentos das despesas referentes à sua remoção e do início do processo de reabertura de chassi para regularização quanto à identificação do veículo junto ao DETRAN/PE;

Art. 9º Para os veículos considerados irrecuperáveis e caracterizados como sucata, conforme disposto no art. 5º, deverão ser adotadas as providências a seguir:

I - para os veículos identificados o órgão responsável no âmbito de sua circunscrição deverá identificar seus proprietários quanto à sua situação e sua destinação, nos termos das alíneas a, b e c do inciso IV do art. 6º, exclusivamente;

II - o proprietário do veículo classificado como sucata, após a identificação tratada no inciso I deste artigo, poderá apresentar recurso para reequadramento dessa classificação, sendo necessária apresentação de nova avaliação técnica realizada por profissional engenheiro legalmente habilitado, seguindo legislação específica.

III - todos os veículos considerados irrecuperáveis, caracterizados como sucata, após elaboração de relatório circunstanciado do fato e previamente comunicado ao DETRAN/PE para baixas de seus respectivos registros, deverão ser compactados e destruídos, passando a venda dessa sucata compactada através de processo administrativo;

IV - os veículos considerados como sucata não poderão ser levados a Leilão;

V - os valores arrecadados da venda de sucata tratadas no inciso I deste artigo seguirão os critérios a seguir:

a) para os veiculos não identificados terão a destinação conforme abaixo:

1. Ressarcimento das despesas decorrentes da guarda e remoção;

2. Recolhimento do valor excedente aos cofres públicos.

b) para os veiculos identificados, a destinação seguirá as regras aplicadas para os veículos leiloados.

Art. 10. Decorridos 90 dias do recolhimento do veículo, com condições de trafegabilidade ou passível de recuperação, sem registro de pedido de sua liberação pelo proprietário ou responsável legalmente constituído, será levado à leilão nos termos da legislação pertinente.

Art. 11. O órgão no âmbito de sua circunscrição responsável pela remoção dos veículos, para o processo de leilão, deverá emitir nova notificação ao proprietário para regularização e retirada de seu veículo no prazo de 30 dias, contados a partir da data da notificação, inclusive, citificando-o de que o seu não comparecimento no prazo estabelecido acarretará na inclusão do seu veículo no referido processo.

Art. 12. Depois de notificado o proprietário do veículo, poderá efetuar a sua liberação, mediante apresentação de documentação comprobatória conforme especificado a seguir:

I - comprovação da propriedade ou documento hábil que demonstre a responsabilidade pelo veículo;

II - apresentação dos recibos de pagamentos das despesas que porventura incidam sobre o serviço de remoção, tais como: taxas de reboque, estadia e outras despesas devidamente detalhadas e discriminadas;

III - comprovação que o veículo está regular nos termos da legislação de trânsito;

IV - comprovante de pagamento das multas incidentes.

Art. 13. Caso o veículo não seja arrematado no leilão, poderá ser destinado à doação para órgãos ou entidades públicas, ou ainda entidades beneficentes sem fins lucrativos.

§ 1º Quando concretizada a doação o DETRAN/PE deverá ser oficialmente comunicado com identificação do beneficiário, do veículo, data da entrega e expedição de documento formal da doação.

§ 2º O valor arrecadado em leilão será destinado à quitação dos débitos que pesem sobre o veículo, obedecendo à seguinte ordem:

I - débitos tributários, na forma da lei;

II - órgão ou entidade responsável;

a) multas devidas, incidentes sobre o veículo;

b) despesas de remoção e estada;

c) despesas efetuadas com o leilão.

III - caso haja saldo depois de quitados os débitos do veículo, na forma do inciso anterior, o valor remanescente será depositado em conta corrente indicada pelo proprietário registrado.

§ 3º Quando o valor arrecadado no leilão não for suficiente para quitar as dividas conforme estabelecido no inciso II do § 3º deste artigo, os débitos remanescentes deverão ser desvinculados do veículo, através de cancelamento ou inscrição na dívida ativa, em relação aos tributos, multas e despesas junto aos órgãos ou entidades responsáveis, nos termos da legislação específica.

Art. 14. Esta Lei deverá ser regulamentada pelo DER/PE e pelos Municípios visando a sua aplicabilidade e operacionalização no período de 180 dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor após 60 dias da sua publicação.

Adalberto Cavalcanti Deputado
Sala da Comissão de Redação Final, em 3 de junho de 2014.
Presidente em exercício: Augusto César. Relator : Adalberto Cavalcanti. Favoráveis os (5) deputados: Adalberto Cavalcanti, Aglailson Júnior, Alberto Feitosa, Augusto César, Manoel Santos.

Parecer N° 6276/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substituto aos Projetos de Lei Ordinária nº 1532/2013 e 1534/2013, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual do Agente de Segurança Penitenciária e dá outras providências.
--

Art. 1º Fica instituído, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual do Agente de Segurança Penitenciária, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de janeiro.

Art. 2º O Dia Estadual do Agente de Segurança Penitenciária não será considerado feriado civil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Adalberto Cavalcanti Deputado
Sala da Comissão de Redação Final, em 3 de junho de 2014.
Presidente em exercício: Augusto César. Relator : Adalberto Cavalcanti. Favoráveis os (5) deputados: Adalberto Cavalcanti, Aglailson Júnior, Alberto Feitosa, Augusto César, Ramos.

Parecer N° 6277/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1546/2013, já aprovado em segunda e última discussão, e de acordo com o art. 109 do Regimento Interno, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Denomina Rodovia Prefeito Carlos Freitas, a PE - 062, no trecho específico que liga o Município de Condado ao Município de Aliança.
--

Art. 1º Fica denominado Rodovia Prefeito Carlos Freitas, a PE - 062, no trecho específico que liga o Município de Condado ao Município de Aliança.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Redação Final, em 3 de junho de 2014.
Presidente em exercício: Augusto César. Relator : Adalberto Cavalcanti. Favoráveis os (5) deputados: Adalberto Cavalcanti, Aglailson Júnior, Alberto Feitosa, Augusto César, Ramos.

Parecer N° 6278/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1920/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso do imóvel que indica.

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a ceder ao Município de Afogados da Ingazeira, neste Estado, pelo prazo de 20 anos, o direito de uso do bem imóvel integrante de seu patrimônio, situado à Rua Senador Paulo Guerra, nº 325, Centro, Afogados da Ingazeira, neste Estado.

Art. 2º A cessão de que trata o art. 1º deve operar-se a título gratuito, sendo o imóvel destinado à instalação de Secretarias do Poder Executivo do Município de Afogados da Ingazeira.

Art. 3º O imóvel objeto da cessão de uso deve destinar-se, exclusivamente, ao fim previsto no art. 2º, obrigando-se o Município de Afogados da Ingazeira, a dar-lhe a destinação devida, e bem assim a mantê-lo em bom estado de conservação e uso, sob pena de rescisão contratual, respondendo o cessionário por perdas e danos.

Art. 4º Findo o período de vigência da cessão de uso de que trata esta Lei, a respectiva renovação dependerá de Lei específica, a teor do que dispõe o § 2º do art. 4º da Constituição Estadual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Adalberto Cavalcanti Deputado
Sala da Comissão de Redação Final, em 3 de junho de 2014.
Presidente em exercício: Augusto César. Relator : Adalberto Cavalcanti. Favoráveis os (5) deputados: Adalberto Cavalcanti, Aglailson Júnior, Alberto Feitosa, Augusto César, Ramos.

Indicações

Indicação N° 8161/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Sr. Roberto Tavares, Presidente da Compesa. No sentido de normalizar o abastecimento d'água no 2º Distrito do Município do Jaboatão dos Guararapes. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Prefeito do Jaboatão dos Guararapes, ao Sr. Elias Gomes, no Palácio da Batalha, à Av. Barreto de Menezes, nº 1648 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes – PE - CEP 54410-352, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Jaboatão dos Guararapes, Sr Ricardo Valois e demais Vereadores, à Rua Airão Lins, nº 179 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes – PE- 54310-355 ; ao Sr. Elísio Reis, Diretor da Rádio Difusora Som Brasil, à Rua Cel. Câmara Lima, nº 24 – 1º andar – Jaboatão dos Guararapes – PE- CEP- 54110-110; ao Sr. Paulo Rocha, Diretor do Jornal Gazeta Nossa, situado à Rua Rio Bonito, nº 86 – IPSEP- Recife – PE – CEP 51190- 490.

Justificativa

As chuvas que estão caindo e enchendo os reservatórios da região metropolitana , são suficientes para normalizarem o abastecimento . Em Jaboatão Centro, principalmente nos bairros de São José , Centro e Bela Vista, o racionamento continua mesmo estando no inverno. A população clama por providências e fica no aguardo de como será durante o verão?.

Sala das Reuniões, em 2 de junho de 2014.

Eduardo Porto
Deputado

Indicação N° 8162/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Olinda/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Olinda, **Renildo Calheiros**, com endereço no Palácio dos Governadores, Rua de São Bento, 123, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53130-081; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito de Olinda, **Enildo Arantes**, com endereço no Palácio dos Governadores, Rua de São Bento, 123, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53130-081; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Olinda, **Marcelo de Santana Soares**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; à Excelentíssima Senhora Vereadora, **Mônica Maria da Silva Mendes Ribeiro**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Lucipio Carlos do Nascimento**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Jesuino Gomes de Araújo Neto**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; à Excelentíssima Senhora Vereadora, **Maria das Graças Barbosa Moraes Fonseca**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Ivanildo Francisco Guabiraba**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Joab Teodoro do Nascimento**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Izael Djalma do Nascimento**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Jonas de Moura Ribeiro Junior**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **José Fernando da Silva Vieira**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jorge Salustiano de Sousa Moura**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Ricardo Sergio Contente Pimentel**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Arlindo Nemesio de Siqueira Cavalcanti Neto**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Algerio Antonio da Silva**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Marcelo Santa Cruz de Oliveira**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Márcio Cordeiro da Silva**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Severino Barbosa de Souza**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Olinda, **Vicente Lopes da Silva**, com endereço à Praça 12 de Março, 36, sala 110/113, Bairro Novo, Olinda/PE, CEP: 53030-110; ao Senhor **Fabian Araújo de Melo**, com endereço à Rua João Clementino Matarroyos, 86 - Casa Caiada - Olinda/PE - CEP: 53000-000; a **Direção da Escola Portal Infantil Querubim**, com endereço à Rua Manoel de Barros, 268 – Bairro Novo – Olinda/PE – CEP: 53130-150; a Senhora **Maria Martins**, com endereço à Dr. Natércio de Holanda, s/n – Passarinho - Olinda/PE – CEP: 53170-090; ao Senhor **Durval Rosa**, com endereço à Rua Capitão Luiz Reis – Passarinho – Olinda/PE - CEP: 53170-045; a **Senhora Isis Freitas**, com endereço à Dr. Natércio de Holanda, s/n – Passarinho - Olinda/PE – CEP: 53170-090; a **Professora Jorgercy Pereira da Silva Cabral**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio de Olinda, com endereço a Rua do Bonfim, s/n - Carmo – Olinda/PE – CEP: 53.120.090; a **Professora Cristina Santos Alves**, Gestora da Escola Allan Kardec, com endereço a Av. Prof. Andrade Bezerra, 826 – Salgadinho – Peixinhos - Olinda/PE – CEP: 53.110.110; ao **Professor Paulo Fernando Santos do Nascimento**, Gestor da Escola Ageu Magalhães, com endereço a Rua Ageu Magalhães, 758 - Vila Popular – Olinda/PE – CEP: 53.230.060; a **Professora Maria José Batista de Melo**, Gestora da Escola Antônio Souto Filho, com endereço na Praça do Mercado de Rio Doce, s/n - 1ª Etapa - Rio Doce – Olinda/PE – CEP: 53.150.511; ao **Professor Edson Gomes da Silva Júnior**, Gestor da Escola Argentina Castello Branco, com endereço a Av. Dr. Joaquim Nabuco, s/n – Jatobá – Olinda/PE – CEP: 53.130-710; a **Professora Maria Lúcia da Silva Soares**, Gestora da Escola Áurea de Moura Cavalcanti, com endereço na Av. Joaquim Nabuco, s/n - Estr. de Paulista - Ouro Preto – Olinda/PE – CEP: 53.320.640; ao **Professor Marcos José de Souza**, Gestor da Escola Capitão André Pereira Temudo, com endereço a Rua Golphino - Quadra B-20, s/n – Olinda/PE – CEP: 53.370-192; a **Professora Margarizzi Cantarelli Carvalho**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Capitão Luiz Reis, com endereço a Rua da Linha, s/n - Alto da Bondade - Águas Compridas – Olinda/PE – CEP: 53.170.000; a **Professora Roberta Soares de Carli**, Gestora da Escola Carlos Gonçalves, com endereço a Av. Prof. Andrade Bezerra, 998 – Salgadinho – CEP: 53.110.110; ao **Professor João José Cavalcanti de Aguiar**, Gestor da Escola Cel. Valeriano Eugênio de Melo, com endereço a Rua Francisco Gomes, s/n - Caixa D'Água – Olinda/PE - CEP 53.210.230; ao **Professor José Ferreira Neto**, Gestor da Escola

Clídio de Lima Nigro, com endereço a Rua do Cacimão, s/n – Salgadinho – Olinda/PE – CEP: 53.110.420; a **Professora Mônica Maria Barros Pedrosa Amorim**, Gestora da Escola Cônego Jonas Taurino, com endereço no Loteamento Tamandaré, s/n – Aguzinha Olinda/PE – CEP: 53.040-100; a **Professora Maria de Lourdes Carvalho Dourado**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Costa Azevedo, com endereço na Av. Antônio da Costa Azevedo, 1.039 – Peixinhos – Olinda/PE – CEP: 53.300.390; a **Professora Eliete Ferreira Oliveira de Paula**, Gestora da Escola Compositor Antônio Maria, com endereço na Av. das Acácias, s/n - Cohab - Rio Doce – Olinda/PE – CEP: 53.070.100; a **Professora Simone Maria da Silva Menezes**, Gestora da Escola Dom Pedro Bandeira de Melo, com endereço a Rua do Pêssego, s/n - III Etapa - Rio Doce – Olinda/PE – CEP: 53.080.500; a **Professor Theobaldo Gomes de Lima**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Desemb. Renato Fonseca, com endereço a Rua Paraná, s/n - Jardim Brasil I Olinda/PE - CEP 53.230.510; a **Professora Rosanara Cavalcanti Borges**, Gestora da Escola Dom João Costa, com endereço a Rua Prefeito Manoel Regueira, 49 – Bultirns – Olinda/PE – CEP: 53.320.160; a **Professora Solange Regina Holanda Lasalvia**, Gestora da Escola Dom João Crisóstomo, com endereço na Praça N. Srª do Monte, s/n – Monte – Olinda/PE – CEP: 53.130-170; a **Professora Nadizla Marques Carneiro Leão**, Gestora da Escola do Bem Estar Social, com endereço a Rua do Pacificador, 94 – Sapucaia - Águas Compridas – Olinda/PE – CEP: 53.210-657; a **Professora Ana Valéria de Santana Soares**, Gestora da Escola Elpidio França, com endereço a Alto Nova Olinda, s/n - Águas Compridas – Olinda/PE – CEP: 53.180.050; a **Professora Silvia Leite da Silva Lima**, Gestora da Escola Escritor Paulo Cavalcanti, com endereço a Rua 16, n.º 140 - V Etapa - Rio Doce – Olinda/PE – CEP: 53.080.260; a **Professora Josinete Ferreira Pedrosa**, Gestora da Escola Guedes Alcoforado, com endereço a Av. Joaquim Nabuco, 838 – Olinda - Varadouro – Olinda/PE – CEP: 53.020.310; a **Professora Maria Roselcere Cerqueira Leite**, Gestora da Escola Jerônimo de Albuquerque, com endereço a Av. Nápolis, s/n - IV Etapa - Rio Doce – Olinda/PE - CEP 53.080-670; ao **Professor Volner Ribeiro Sotero Dutra**, Gestor da Escola João Matos Guimarães, com endereço a Av. das Garças, s/n Cohab - V Etapa - Rio Doce – Olinda/PE - CEP 53.080.800; a **Professora Alicely Araújo Correia**, Gestora da Escola Joaquim Nabuco, com endereço a Av. Pres. Kennedy, s/n - São Benedito – Olinda/PE – CEP: 53.010.1200; a **Professora Sulamita Bernardo de Albuquerque**, Gestora da Escola Maria Emília Romeiro Estelita, com endereço a Quadra B-11 Rua Camomila, s/n - Ouro Preto – Olinda/PE - CEP: 53.370.450; a **Professora Cristina Marilana Rangel Machado**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Mal. Floriano Peixoto, com endereço no Alto do Jatobá, s/n - Ouro Preto – Olinda/PE – CEP: 53.250-000.; a **Professora Lúcia Maria dos Santos**, Gestora da Escola Marechal Mascarenhas de Moraes, com endereço a Rua A, s/n - RO - Vila da Cohab - Ouro Preto – Olinda/PE – CEP: 53.330-690; a **Professora Valéria Ferreira dos Santos**, Gestora da Escola Mons. Arruda Câmara, com endereço na Av. Nacional, 345 – Peixinhos – Olinda/PE – CEP: 53.220.460; ao **Professor Ezio Alves Ferreira**, Gestor da Escola Mere Guillemín, com endereço a Rua Monteiro Lobato, 88 - Santa Teresa – Olinda/PE – CEP: 53.010.360; a **Professora Camila Nogueira Botelho**, Gestora da Escola Mons. Viana, com endereço a Trav. do Comissariado, 28 - Caixa D'Água – Olinda/PE – CEP: 53.130-170; a **Professora Judite Andrade da Silva**, Gestora da Escola Nossa Senhora do Sagrado Coração, com endereço a Rua Cel. João Ribeiro, 360 - Bairro Novo – Olinda/PE – CEP: 53.030.040; a **Professora Maria Cristina da Silva**, Gestora da Escola Nossa Senhora de Lourdes, com endereço a Alto do Comber, 126 - Águas Compridas – Olinda/PE – CEP: 53.130-170; a **Professora Sônia Maria dos Santos**, Gestora da Escola Nossa Senhora do Carmo, com endereço na Estrada do Caenga, 23 – Beberibe – Olinda/PE – CEP: 53.210.000; ao **Professor Saulo Guimarães Santos**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Pe. Francisco Carneiro, com endereço a Rua Auta Macedo, s/n - São Benedito- Olinda/PE – CEP: 53.270.730; a **Professora Ceciani Maria Siqueira de Albuquerque**, Gestora da Escola Pintor Manoel Bandeira, com endereço a Rua Ambrósio de B. Leite, s/n - Bairro Novo – Olinda/PE – CEP: 53.130-000; ao **Professor José Valdenito Feijó de Melo**, Gestor da Escola Prof. Cândido Pessoa, com endereço a Rua Lauro Diniz, s/n - Vila Popular – Peixinhos – Olinda/PE – CEP: 53.230.320; ao **Professor Diogo Correia Maia**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Ernesto Silva, com endereço a Rua Prof. Ennio Carlos de Albuquerque, 133 - Rio Doce – Olinda/PE – CEP: 53.090.050; ao **Professor Hiliquias Andrade Rodrigues**, Gestor da Escola Prof. Estevão Pinto, com endereço a Rua Debora Regis de Carvalho, s/n – Aguzinha – Olinda/PE – CEP: 53.230-630; a **Professora Susanna Analine Santos Cabral**, Gestora da Escola Prof. Paulo Freire, com endereço a Av. Cel. João Melo Moraes, s/n - Jardim Frágoso – Olinda/PE – CEP: 53.170-010; a **Professora Silvana Costa e Silva**, Gestora da Escola Profª Deana Clark Xavier, com endereço a Rua Paquetaí, s/n - Sapucaia de Dentro – Olinda/PE – CEP: 53.280.400; ao **Professor Douglas de Macedo Pontes**, Gestor da Escola Profª Inês Borba, com endereço a Av. Julis Rimet, s/n - II Etapa - Rio Doce – Olinda/PE - CEP 53.150.590; a **Professora Tereza Muniz Cordeia**, Gestora da Escola Raimundo Diniz, com endereço a Est. de Águas Compridas, s/n – Águas Compridas – Olinda/PE - CEP: 53.170.780; a **Professora Sylvia Carla Bezerra de Brito**, Gestora da Escola Profª Izabel Burity, com endereço a Av. Brasil, s/n - Rio Doce – Olinda/PE - CEP: 53.150-470; a **Professora Valéria Albino da Silva**, Gestora da Escola São Bento, com endereço a Rua Pres. Kennedy, 10 – Monte - 7ª RO – Guadalupe Vila S.B – Olinda/PE – CEP: 53.240.720; a **Professora Grace Barreto de Souza**, Gestora da Escola São Lucas, com endereço a Rua Catarina Batista de Alencar, 791-C - Casa Caiada – Olinda/PE – CEP: 53.130.020; a **Professora Cláudia Vasconcelos Nigro de Almeida**, Gestora da Escola Sara Kubitschek, com endereço a Rua 25 de Dezembro, s/n - Peixinhos – Olinda/PE – CEP: 53.220.460; a **Professora Maria Auxiliadora Sobral de Oliveira**, Gestora da Escola Sagrado Coração de Jesus, com endereço a Rua Frei Afonso Maria, 199 - Amaro Branco – Olinda/PE – CEP: 53.120.170; a **Professora Kátia Vânia Dantas de Andrade**, Gestora da Escola Escola de Referência em Ensino Médio Santa Ana, com endereço a Rua Santana, s/n - Rio Doce – Olinda/PE - CEP 53.050.030; ao **Professor Francisco Wilson Teles de Alencar**, Gestor da Escola Sigismundo Gonçalves, com endereço a Av. Sigismundo Gonçalves, 514 – Carmo – Olinda/PE – CEP: 53.010.240; ao **Professor Antônio José Menezes Lins**, Gestor da Escola Santa Inácio de Loyola, com endereço a Estrada do Caenga, 294 - São Benedito – Olinda/PE – CEP: 53.210-460; a **Professora Fabiula Cândido da Silva**, Gestora da Escola Tabajara, com endereço a Av. Tabajara, 149 - Cidade Tabajara – Olinda/PE – CEP: 53.350.300 e ao **Professor Severino de Souza Lemos Filho**, Gestor da Escola Thermistocles de Andrade, com endereço a Barreira do Rosário, s/n - Rosário. CEP 53.240.470.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.

Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8163/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Paulista/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Paulista, **Gilberto Gonçalves Feitosa Junior**, com endereço à Praça Agamenom Magalhães, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-441, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Paulista, **Jorge Luiz Carneiro de Barros**, com endereço à Praça Agamenom Magalhães, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-441, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Serviços Públicos, **Evaniel Belém**, com endereço à Rua Sairé, s/n Artulundgren II – Paulista/PE, 53416-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antônio José Lima Valpassos**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Paulista, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **Edmilson Alves do Nascimento**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **Edson de Araújo Pinto**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **Fabio Barros E. Silva**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **Iranildo Domicio de Lima**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **João Batista Carlos de Mendonça**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **José Diogenes Monteiro**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **José Ivanildo Conceição Costa**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **José Júlio de Arruda Junior**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **Nadinias Martins Ribeiro**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **Nelson Falcão de Melo**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **Pedro Marinho Espindola**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **Roberto Jose Couto Bezerra Filho**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **Vinicius Campos de Melo**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora Câmara Municipal de Vereadores de Paulista **Yolanda Maria da Silva**, com endereço a Praça João XXIII, s/n – Centro – Paulista/PE – CEP: 53401-000; a **Profª. Ailiete Oliveira Vinezot**, Escola Custodio Pessoa, com endereço a Rua Lindolfo Color, s/n – Paratibe – Paulista/PE - CEP 53.413.150; à **Profª. Alcione Rodrigues da Silva**, Escola Estadual de Paulista, com endereço a Rua Frei Caneca, s/n - Vila Torres – Paulista/PE – Galvão. CEP 53.415.290; ao **Prof. José Ubriratan de França Santos**, Escola Dr. Luiz Cabral de Melo, com endereço a Rua 27 - s/n - Maranguape II Cohab - Maranguape – Paulista/PE - CEP 53.413.350; à **Profª. Maria Alice Cavalcanti Padilha**, Escola Dantas Barreto, com endereço Rua Corte Largo, s/n - Centro. CEP: 53.401-460; ao **Profª. José de Almeida Cordeiro**, Escola Escritor José de Alencar, com endereço Rua 52, s/n - Maranguape I – Paulista/PE - CEP 53.442-020; à **Profª. Giselle Araújo da Cunha**, Escola Governador Eraldo Gueiros Leite, com endereço Rua S. Talhada, s/n - Corfj. Hab. Athur Lundgren II – Paulista/PE - CEP 53.416-610; ao **Prof. Wilson Ferreira da Cruz**, Escola Historiador Pereira da Costa, com endereço Av. Brasil s/n - Jardim Maranguape-Cohab Maranguape I – Paulista/PE - CEP 53.400.000; ao **Profª. Ricardo Lopes Catarino**, Escola de Referência em Ensino Médio José Manuel de Queiroz, com endereço Rua Rui Barbosa, 558 – Janga – Paulista/PE – CEP: 53.439.360; ao **Profª. Cláudio Santos da Costa**, Escola de Referência em Ensino Médio Maestro Nelson Ferreira, com endereço Rua André e Carina, S/N - Engenho Maranguape – Paulista/PE - CEP 53.437-530; à **Profª. Roselina Cândida Silva**, Escola Manoel de Bastos Tigre, com endereço à Av. Palmares, s/n - Artur Lundgren I- Paratibe - Paulista/PE – CEP: 53.415-530; à **Profª. Malba Suely Oliveira Mangabeira**, Escola de Referência em Ensino Médio Professora Maria do Carmo Pinto Ribeiro, com endereço à Rua 108, s/n - Jardim Paulista – Paulista/PE - CEP 53.407.270; ao **Profª. Francisco Antônio Júnior**, Escola de Referência em Ensino Médio Pe. Osmar Novaes, com endereço à Rua Rua Dr.José Mariano, s/n - Paratibe. CEP 53.413.530; à **Profª. Kathleen Ann Sena Cravo Teixeira Guimarães**, Escola Presidente Castelo Branco, com endereço à Av. João Paulo II, s/n Miruira – Paulista/PE - CEP 53.405.190; à **Profª. Maria Dolores Rocha Cortez de Alencar**, Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Amaldo Carneiro Leão, com endereço à Rua 126, s/n - Maranguape I – Paulista/PE – CEP: 53.441.570; à **Profª. Carla Ivaneide Araújo Araaes**, Escola Profª Generosa Gil Perez, com endereço à Rua Tenente Agnaldo Lima, s/n - Pau Amarelo – Paulista/PE – CEP: 53.437-490; ao **Profª. Francisco Vandovaldo Chaves**, Escola Prof. José Brasileiro Vilanova, com endereço à Rua Honorato Fernandes de Paz, s/n – Paulista/PE – CEP: 53.435.550; à **Profª. Sócrates Justo Ferreira de Figueiredo**, Escola Profª Maria Alves Machado, com endereço à Rua 91, s/n - Maranguape II. CEP 53.437-530; à **Profª. Maria Ivaneide Gomes Feitosa**, Escola Profª Zulmira de Paula Almeida, com endereço à Rua 29, s/n - Jardim Paulista. CEP 53.409.000; ao **Profª. Andreson Nascimento de Castro**, Escola de Referência em Ensino Médio Profª Amarina Simões, com endereço à Praça da República, s/n - Nobre. CEP 53.401.661; ao **Profª. Wellington Hermogenes de Figueiredo**, Escola Radialista Luiz Queiroga, com endereço à Rua 98, s/n - Jardim Paulista. CEP 53.407.090; à **Profª. Ângela Sandra Bezerra Barreto**, Escola Estadual São José, com endereço à Av. da Floresta, 130 - Janga-Lot.Justica e Paz-Tururu – Paulista/PE – CEP: 53.430.720; ao **Profª. Elias José da Silva**, Escola Técnica Estadual Silva Alencar Gomes da Silva, com endereço à Rua João Francisco da Silva 170 - Janga – Paulista/PE - CEP 53.439-410; ao **Profª. Giliate Gibran Nunes dos Santos**, Escola Walfrido Advincula, com endereço à Sítio de Santa Casa da Misericórdia, s/n Miruira - Navarro. CEP 53.437-530; à **Diretoria e Comunicadores da Rádio Paulista**, com endereço à Rua Cd. de Irajá, 3715 - Arthur Lundgren I, Paulista/PE – CEP: 53417-080; à **Diretoria e Comunicadores da Rádio Gantz Internet Via Rádio**, com endereço à Rua Ema - Ouro Preto – Paulista/PE – CEP: 53370-090; à **Diretoria e Comunicadores da Rádio Acelaal Rádio Comunitária Dom Bosco de Abreu Lima**, com endereço à Avenida D, 438 - Caetés II – Paulista/PE – CEP: 53540-250 e a Câmara de Dirigentes Lojistas em Paulista SPC – CDL, com endereço à Pc Papa João XXIII, 613 s 201 Centro – Paulista/PE - CEP: 53.401-370.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.

Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8164/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **reforçar as ações das Atividades de Fomento da Alimentação Escolar no município de Iguaracy-PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Iguaracy, **Francisco Dessoles Monteiro**, com endereço à Praça Antônio Rabelo, 02 – Centro - Iguaracy/PE – CEP: 56.840-000, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Iguaracy, **Luiz Ferreira da Rocha Note**, com endereço à Praça Antônio Rabelo, 02 – Centro - Iguaracy/PE – CEP: 56.840-000, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Iguaracy, **Francisco de Sales Galindo Filho**, com endereço à Rua Benedito Perazzo, 13 – Centro – Iguaracy/PE - CEP: 56.840-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Iguaracy, **Leonardo Lopes Magalhães**, com endereço à Rua Benedito Perazzo, 13 – Centro – Iguaracy/PE - CEP: 56.840-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Iguaracy, **Jose Jorge da Silva**, com endereço à Rua Benedito Perazzo, 13 – Centro – Iguaracy/PE - CEP: 56.840-000, à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Iguaracy, **Odete Soares Pereira**, com endereço à Rua Benedito Perazzo, 13 – Centro – Iguaracy/PE – CEP: 56.840-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Iguaracy, **Manoel Olimpio de Siqueira**, com endereço à Rua Benedito Perazzo, 13 – Centro – Iguaracy/PE – CEP: 56.840-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Iguaracy, **Simão Rafael de Vasconcelos**, com endereço à Rua Benedito Perazzo, 13 – Centro – CEP: 56.840-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Iguaracy, **Fabio Alves Torres**, com endereço à Rua Benedito Perazzo, 13 – Centro – Iguaracy/PE – CEP: 56.840-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Iguaracy, **Jose Torres Lopes Filho**, com endereço à Rua Benedito Perazzo, 13 – Centro – Iguaracy/PE - CEP: 56.840-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Iguaracy, **Amaury de Oliveira Torres**, com endereço à Rua Benedito Perazzo, 13 – Centro – Iguaracy/PE - CEP: 56.840-000 e a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iguaracy**, com endereço à Rua Júlio Câmara, 04 – Centro – Iguaracy/PE – CEP: 56840-000.

Justificativa

Ao elaborar a presente proposição nos detemos a analisar os efeitos benéficos de uma alimentação sadia e balanceada poderá trazer ao alunado das Escolas Públicas do estado de Pernambuco.

O Governo do Estado vem fornecendo alimentação esses estudantes, através da atividade acima citada, no sentido de garantir-lhes o atendimento das suas necessidades nutricionais, ensinando um maior conforto e concentração nas salas de aula e um efetivo crescimento físico advindo de hábitos alimentares saudáveis.

Acreditamos que as autoridades governamentais deverão acolher o nosso pleito, pois o consideramos devidamente justificado pelo alto ganho social que virá a ocorrer, não apenas no município de Iguaracy, mas em todos os municípios pernambucanos.

Resta-nos solicitar, junto aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, que acolham a nossa proposição, no sentido de sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8165/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **reforçar as ações das Atividades de Fomento da Alimentação Escolar no município de Ipubi-PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Ipubi, **João Marcos Siqueira Torres**, com endereço à Av. Getúlio Vargas, 65 – Centro- Ipubi/PE - CEP: 56260-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Ipubi, **Jose Alves de Morais**, com endereço à Av. Getúlio Vargas, 65 – Centro-Ipubi/PE - CEP: 56260-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ipubi, Vereador, **Cicero Eberte de Andrade Alves**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro-Ipubi/PE - CEP: 56260-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Ipubi, **Venildo Fernandes Feitosa**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro- Ipubi/PE - CEP: 56260-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Ipubi, **Damazio Siqueira Silva**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro- Ipubi/PE - CEP: 56260-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Ipubi, **Paulo Jose Sarmento**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro- Ipubi/PE - CEP: 56260-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Ipubi, **Erivaldo Pereira da Silva**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro- Ipubi/PE - CEP: 56260-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Ipubi, **Afoncio Ferreira Cavalcante**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro- Ipubi/PE – CEP: 56260-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Ipubi, **Francisco Valdilson Damacena**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro- Ipubi/PE - CEP: 56260-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Ipubi, **João Coutinho de Avelar Filho**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro-Ipubi/PE - CEP: 56260-000; à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Ipubi, **Marinalva Delmondes Araújo Santos**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro- Ipubi/PE - CEP: 56260-000; à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Ipubi, **Najila Damacena Pereira**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro-Ipubi/PE - CEP: 56260-000; à Excelentíssima Senhora Vereadora da

Câmara Municipal de Ipubi, **Socorro Fabricio Medeiros Gomes**, com endereço à Rua da Matriz, s/n – Centro- Ipubi/PE - CEP: 56260-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipubi**, com endereço à Rua São Francisco, s/n – Centro- Ipubi/PE – CEP: 56260-000 e a **Direção da Rádio Comunitária de Ipubi**, com endereço à Rua da Saudade, s/n – Serrolândia – Ipubi/PE – CEP: 56.260-000.

Justificativa

Ao elaborar a presente proposição nos detemos a analisar os efeitos benéficos de uma alimentação sadia e balanceada poderá trazer ao alunado das Escolas Públicas do estado de Pernambuco.

O Governo do Estado vem fornecendo alimentação esses estudantes, através da atividade acima citada, no sentido de garantir-lhes o atendimento das suas necessidades nutricionais, ensinando um maior conforto e concentração nas salas de aula e um efetivo crescimento físico advindo de hábitos alimentares saudáveis.

Acreditamos que as autoridades governamentais deverão acolher o nosso pleito, pois o consideramos devidamente justificado pelo alto ganho social que virá a ocorrer, não apenas no município de Ipubi, mas em todos os municípios pernambucanos.

Resta-nos solicitar, junto aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, que acolham a nossa proposição, no sentido de sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8166/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Camocim de São Félix/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Bruno Coutinho Martiniano Lins, Prefeito do Município de Gravataá, com endereço a Rua Ten. Cleto Campelo, 268 - Centro – Gravataá/PE – CEP: 55641-000; ao Excelentíssimo Senhor Rafael Luiz Prequê Moura de Oliveira, Vice-Prefeito do Município de Gravataá, com endereço a Rua Ten. Cleto Campelo, 268 - Centro – Gravataá/PE – CEP: 55641-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Pedro Luiz Coutinho Martiniano Lins**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Gravataá, com endereço a Praça Padre Rodolfo Moraes Moreira, s/n – Centro – Gravataá/PE – CEP: 55641-790; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Luiz Prequê Alves de Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Gravataá, com endereço a Praça Padre Rodolfo Moraes Moreira, s/n – Centro – Gravataá/PE – CEP: 55641-790; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Manoel Fernandito do Nascimento**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Manoel Fernandito do Nascimento**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edmilson Gomes de Souza**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Manoel Fernandito do Nascimento**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sivaldo João da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Francisco Pereira de Assis**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Pedro Joao dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edmilson Gomes de Souza**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhora Vereadora **Ivanize Bezerra Fonseca Pontes**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssima Senhora Vereadora **Monica Cavalcanti da Cunha**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Maria de Lourdes Bezerra da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhora Vereadora **Marlene Edite Batista da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a Prof.ª **Maria Ednalda dos Santos**, Gestora Escola de Referência em Ensino Médio Quintino Bocaiuva, com endereço a Rua Oscar Eugênio, 57 – Centro – Camocim de São Felix/PE – CEP: 55.665.000 e ao Ilustríssimo Senhor **Jose Vanderlande Bezerra**, com endereço à Praça São Félix, 21 – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.

Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8168/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Itapissuma/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Itapissuma **Claudio Luciano da Silva Xavier**, com endereço à Praça Manoel Lourenço, 16 – Centro – Itapissuma/PE – CEP: 53700-000, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Itapissuma **Claudio Luciano da Silva Xavier**, com endereço à Praça Manoel Lourenço, 16 – Centro – Itapissuma/PE – CEP: 53700-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Bezerra Tenório Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapissuma, com endereço à Praça Manoel Lourenço, 26 – Centro – Itapissuma/PE – CEP:

53700-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapissuma **Derek Vinicius Arruda do Amaral**, com endereço à Praça Manoel Lourenço, 26 – Centro – Itapissuma/PE – CEP: 53700-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapissuma **Edson Rubens Pereira de Oliveira**, com endereço à Praça Manoel Lourenço, 26 – Centro – Itapissuma/PE – CEP: 53700-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapissuma **Fábio Rogerio Rodrigues de Paiva**, com endereço à Praça Manoel Lourenço, 26 – Centro – Itapissuma/PE – CEP: 53700-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapissuma **Luciano Dias Ramalho**, com endereço à Praça Manoel Lourenço, 26 – Centro – Itapissuma/PE – CEP: 53700-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapissuma **Nivaldo Vicente da Silva**, com endereço à Praça Manoel Lourenço, 26 – Centro – Itapissuma/PE – CEP: 53700-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapissuma **Severino Gomes da Silva**, com endereço à Praça Manoel Lourenço, 26 – Centro – Itapissuma/PE – CEP: 53700-000; ao **Prof.º Marcelo Fernandes de Souza**, Escola de Referência em Ensino Médio Eurídice Cadaval, com endereço a Av. Frei Serafim, 262 – Centro – Itapissuma/PE – CEP: 53.700.000; ao **Prof.º Marco Aurelio Alves de Pontes**, Escola Prof.ª Gercina Fernandes Rodrigues, com endereço a Rua São João, 27 – Itapissuma/PE – CEP: 53.700.000; ao **Prof.º Josilene Galvão de Souza Pimentel**, Escola Senador José Emílio de Moraes, com endereço a Agrovila de Botalogo – Itapissuma/PE - CEP: 53.700.000; ao **Prof.º Josilene Galvão de Souza Pimentel**, Escola Senador José Emílio de Moraes, com endereço a Agrovila de Botalogo – Itapissuma/PE - CEP: 53.700.000.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.

Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8169/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município da Ilha de Itamaracá/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Paulo Batista Andrade**, Prefeito do Município da Ilha de Itamaracá, com endereço a Av. João Pessoa Guerra, s/n – Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53900-000; ao Excelentíssimo Senhor **Ephrem Teodoro De Macedo**, Vice-Prefeito do Município da Ilha de Itamaracá, com endereço a Av. João Pessoa Guerra, s/n – Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53900-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **George Augusto Martins Carneiro de Albuquerque**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município da Ilha de Itamaracá, com endereço a Av. João Pessoa Guerra, 10 – Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53900-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Celso Jose das Neves**, Câmara Municipal de Vereadores do Município da Ilha de Itamaracá, com endereço a Av. João Pessoa Guerra, 10 – Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53900-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edilson Bezerra Lins**, Câmara Municipal de Vereadores do Município da Ilha de Itamaracá, com endereço a Av. João Pessoa Guerra, 10 – Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53900-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Manoel Marinho de Moura Neto**, Câmara Municipal de Vereadores do Município da Ilha de Itamaracá, com endereço a Av. João Pessoa Guerra, 10 – Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53900-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Luciano Rodrigues da Cunha Amaral**, Câmara Municipal de Vereadores do Município da Ilha de Itamaracá, com endereço a Av. João Pessoa Guerra, 10 – Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53900-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Luis Francisco de Assis Junior**, Câmara Municipal de Vereadores do Município da Ilha de Itamaracá, com endereço a Av. João Pessoa Guerra, 10 – Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53900-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Santino José de Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores do Município da Ilha de Itamaracá, com endereço a Av. João Pessoa Guerra, 10 – Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53900-000; a **Direção da Associação de Radiodifusão Comunitária Voz da Ilha**, com endereço à Av. João Pessoa Guerra, 575 – Baixa Verde – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53.900-000; ao **Professor Gildo Pedro de Santana Júnior**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Alberto Augusto de Moraes Pradine, com endereço a Av. João Pessoa Guerra, s/n - Pilar-Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53.900.000; ao **Professor Edgar José de Barros Dias**, Gestor da Escola de Jaguaribe, com endereço a Rua Ernesto José de Albuquerque, 87 – Jaguaribe – Ilha de Itamaracá/PE - CEP: 53.900.000; a **Professora Simone Ximenes de Barros**, Gestora da Escola de Itamaracá, com endereço a Rua Luiz Cipião, 241 – Centro – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53.900.000; ao **Professor Juarez Tavares dos Santos**, Gestor da Escola Juiz Antônio Luiz Lins Barros, com endereço na Penitenciária Agro. Ind. São João – Eng. São João-Presídio – Ilha de Itamaracá/PE - CEP 53.900.000; ao **Professor Paulo Sérgio de Almeida**, Gestor da Escola Médico Ruy do Rego Barros, com endereço no Engenho São João, s/n – Presídio – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53.900.000; a **Professora Fátima do Nascimento Silva**, Gestor da Escola Poeta Olegário Mariano, com endereço no Engenho Macaxeira, s/n – Presídio – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53.900.000; e a **Professora Elisanda Paes Barreto**, Gestora da Escola Senador Paulo Pessoa Guerra, com endereço na Av. João Pessoa Guerra, s/n - Centro-Pilar – Ilha de Itamaracá/PE – CEP: 53.900.000.

Justificativa
<p>A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.</p> <p>Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.</p> <p>O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.</p> <p>É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.</p> <p>Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.</p> <p>Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.</p>
<p>Ricardo Costa Deputado</p>
<p>Indicação N° 8170/2014</p>
<p>Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, João Lyra Neto e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, Ricardo Dantas, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Igarassu/PE.</p> <p>Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, João Lyra Neto, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, Ricardo Dantas, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Mário Ricardo Santos de Lima, Prefeito do Município de Igarassu, com endereço a Praça da Bandeira 14 – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53.600-000, a Excelentíssima Senhora Elicione da Silva Ramos Pedrozza Barbosa, Vice-Prefeita do Município de Igarassu, com endereço a Praça da Bandeira 14 – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Ademar Soares de Barros, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora Maria dos Prazeres Barbosa da Silva, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador José Edson Martins dos Santos, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Afonso Geraldo de Sampaio Lucena, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Manoel Agenor de Siqueira, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Aristoteles Jose de Souza Silva, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Izaque Leite Pereira Barboza, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Romário Xavier da Silva, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Irapuan Ramos da Costa, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Valdemir Nunes de Souza, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; a Excelentíssima Senhora Erica Maria Pessoa Uchôa Cavalcanti Ferreira, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Helmliton José Gonçalves Beserra, Câmara Municipal de Vereadores de Igarassu, com endereço a Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53600-000; a Professora Aldiane Martins Gomes, Gestora da Escola Barão de Vera Cruz, com endereço a 1ª Trav. Jacob Pinto de Freitas, s/n – Cruz de Rebouça – Igarassu/PE – CEP: 53.630.330; a Professora Edivanda Marta Morais Cavalcanti Demery, Gestora da Escola Brasilino José de Carvalho, com endereço no Loteamento Bonfim, s/n - Cruz de Rebouças – Igarassu/PE – CEP: 53.610-747; a Professora Neftar Pereira do Nascimento, Gestora da Escola Desemb. Carlos Xavier Paes Barretto, com endereço a Rua Carlos Barreto s/n - Loteamento Redenção – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53.610.430; ao Professor Wagner Cadete, Gestora da Escola. Dom Helder Câmara, com endereço na BR-101 Norte, s/n – Tabatinga – Igarassu/PE - CEP 53.600-000; a Professora Umbelina Florêncio de Souza, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Eurico Pfisterer, com endereço na Av. Jacob Pinto de Freitas, 209 - Cruz de Rebouças – Igarassu/PE – CEP: 53.610.640; ao Professor Jackson Ildelfonso Félix, Gestora da Escola de Escola de Referência em Ensino Médio João Pessoa Guerra, com endereço na Av. Alfredo Bandeira de Melo, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53.610-296; a Professora Maria da Conceição Pereira de Assis, Gestora da Escola Nova Cruz, com endereço na Av. Anita Fonseca, s/n - Povoados-Nova Cruz – Igarassu/PE – CEP: 53.600.000; ao Professor Nicanor Valério de Oliveira, Gestora da Escola Orlanato Sagrado Coração de Jesus, com endereço na Praça de Igarassu, s/n - Vila da Cohab – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53.610-296; a Professora Marize Rodrigues do Nascimento, Gestora da Escola Prof. Aderbal Jurema, com endereço a Rua José Lacerda Leite, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53.610.430; ; a Professora Eliane Bezerra de Souza Santana, Gestora da Escola Santos Cosme e Damião, com endereço a Rua Joaquim Nabuco, 222 – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53.610.070; e a Diretoria e Comunicadores da Rádio Gospel News FM, com endereço a Rua Carlos Barreto, 70, Lj-A – Cruz de Rebouças – Igarassu/PE – CEP: 53620-600.</p>
<p>Justificativa</p>

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.

Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que

consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8171/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Araçoiaba/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Carlos Jogli Albuquerque Tavares Uchoa**, com endereço à Av. João Pessoa Guerra, 35 – Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 34.591-080, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Araçoiaba Vereador, **Daniel Otávio da Silva**, com endereço à Rua João José de Freitas, s/n – Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 53.690-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Araçoiaba, **Gerson Farias da Silva**, com endereço à Rua João José de Freitas, s/n – Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 53.690-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Araçoiaba, **Wilson Vidal da Silva**, com endereço à Rua João José de Freitas, s/n – Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 53.690-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Araçoiaba, **Givanilda Gervasio da Silva**, com endereço à Rua João José de Freitas, s/n – Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 53.690-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Araçoiaba, **Isaias Feliciano Bezerra**, com endereço à Rua João José de Freitas, s/n – Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 53.690-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Araçoiaba, **José Luiz Feliciano Bezerra**, com endereço à Rua João José de Freitas, s/n – Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 53.690-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Araçoiaba, **Jose Sérgio de Souza**, com endereço à Rua João José de Freitas, s/n – Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 53.690-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Araçoiaba, **Marciel Junior Vieira de Morais**, com endereço à Rua João José de Freitas, s/n – Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 53.690-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Araçoiaba, **Welliton Vidal da Silva**, com endereço à Rua João José de Freitas, s/n – Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 53.690-000 e ao Professor **Claudian Claudio da Silva**, Gestor da Escola Escola de Referência em Ensino Médio Maria Gayão Pessoa Guerra, com endereço a Praça João Pessoa Guerra, s/n, Centro – Araçoiaba/PE – CEP: 53.690.000.

Justificativa
<p>A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.</p> <p>Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.</p> <p>O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.</p> <p>É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.</p> <p>Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.</p> <p>Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.</p>
<p>Ricardo Costa Deputado</p>

Indicação N° 8172/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Abreu e Lima/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Abreu e Lima, **Marcos José da Silva**, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.510-000, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Abreu e Lima, **Josias Azevedo**, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Abreu e Lima/PE, **Herbert Varela Fonseca**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Eden Pedro de Lima**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Beijamin Ivo Batista**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Eiton Lennin Souza de Vasconcelos**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Fabio Henrique da Silva**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Jose Elias Pereira da Cruz**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Juliana Paranhos Macedo Gomes Ferreira**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Murilo Vieira dos Santos**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Natalício da Costa Alves**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Rostand Cavalcanti Belem**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-

000, ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Abreu e Lima/PE, **Evandro Alves de Lima**, com endereço à Rua Nossa Senhora de Santa Rita, 10 – Galeria – Santa Rita – Centro – CEP: 53510-000 - Abreu e Lima/PE; a Excelentíssima Senhora, **Anne Banja**, Secretária de Governo, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Sérgio Arocha**, Secretário de Administração, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Carlos Cardoso dos Anjos**, Secretário de Planejamento, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a Excelentíssima Senhora, **Cristiane Moneta**, Secretária de Finanças, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a Excelentíssima Senhora, **Ana Carla Mendonça**, Secretária de Saúde, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a Excelentíssima Senhora, **Adna Rodrigues**, Secretária de Educação, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Antônio José Gadelha Jr**, Secretário de Desenvolvimento Econômico, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Dircceu Menelau**, Secretário de Habitação, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Wellington Tiago**, Secretário de Turismo e Cultura, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a **Professora Miriam Maria da Paz**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Maria Vieira Multitemo, com endereço a Rua Alto Bela Vista s/n – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Rosinete Justino da Silva**, Gestora da Escola de Abreu e Lima, com endereço a Rua Cedro, s/n - Cohab – Matinha - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Ronicley Negromonte de Oliveira**, Gestora da Escola Profª Stela Mª Santos Pinto Barros, com endereço a Rua Av. Manjope, 200 Timbó - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; ao **Professor Isaias Júlio de Oliveira**, Gestora da Escola General Abreu e Lima, com endereço a Av. Duque de Caxias, 660 – Centro – Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Rosângela Mendes Soares Pessoa**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Luiz Rodolfo de Araújo Júnior, com endereço a Av. Pr. Amaro de Sena, s/n - Caetés I COHAB - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Maria de Fátima do Nascimento**, Gestora da Escola Marechal Costa e Silva, com endereço a Av. Mal. Costa e Silva, 207 - Caetés - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.550.020; a **Professora MarinaIva Lima Baracho**, Gestora da Escola Orlanato Estrela de Bethel, com endereço a Rua Missionário Signe Carlson, s/n - Alto do Planalto – Abre3u e Lima/PE – CEP: 53.520.720; ; ao **Professor Daniel Rildson Ramos do Nascimento**, Gestora da Escola Pastor Amaro de Sena, com endereço a Rua 07 - s/n - Cohab - Caetés II – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.540-240; a **Professora Maria Teresa Gabriel Martins**, Gestora da Escola Polivalente de Abreu e Lima, com endereço a Praça da Bandeira, s/n – Centro – Abreu e Lima/PE -. CEP: 53.510.470; ao **Professor Guilherme Freire Santiago**, Gestora da Escola Profª Isaura de França, com endereço a Rua 176, s/n - Q-198 - Caetés I – Abreu e Lima/PE - CEP 53.530.452; ; a **Professora Elisabete de Melo Dino de Amorim**, Gestora da Escola Profª Azinete Ramos Carneiro, com endereço a Rua 43 Quadra 59, s/n – Caetés III COHAB- CEP: 53.515.040 e a **Diretoria e Comunicadores da Acelal Rádio Comunitária Dom Bosco de Abreu e Lima**, com endereço a Av. D. 438 – Caetés - Abreu e Lima/PE – CEP: 53540-250.

Justificativa
<p>A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.</p> <p>Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.</p> <p>O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.</p> <p>É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.</p> <p>Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.</p> <p>Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.</p>
<p>Ricardo Costa Deputado</p>

Indicação N° 8173/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Vitória de Santo Antão/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Elias Alves de Lira**, Prefeito do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Rua Dr. Demócrito Cavalcanti, 144 – Livramento - Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor **Henrique José Queiroz Costa Filho**, Vice-Prefeito do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Rua Dr. Demócrito Cavalcanti, 144 – Livramento - Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55602-420; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edmo da Costa Neves Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Amaro Nogueira Alves**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Dr. Saulo Barros de Albuquerque**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edmilson Zacarias da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edvaldo Bione de Melo Júnior**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Bertoldo de Lima Santoseira**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edimar José Gomes**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Alessandro Amâncio Pereira**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Geraldo Gomes de Araújo**

Junior, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antônio Gabriel do Nascimento**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **João Dias de Brito Neto**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitória de Santo Antão, com endereço a Praça Três de Agosto, 72 - Livramento - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55602-580; ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, **Djalma Gomes Da Silva**, com endereço à Rua Inácio de Brito, 65 – Livramento – Centro - CEP: 55600-000, Vitória de Santo Antão/PE; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão**, com endereço à Av. mariana Amália, 278 – Centro - Vitória De Santo Antão/PE – CEP: 55.600-000; à **Direção da Rádio e TV Universidade, TV Vitória, Tv Tabocas**, com endereço à Rua Pedro Ribeiro, s/n – Sala 03 – Matriz – Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55.600-000; à **Prof.ª José Marinho de Lima Filho**, Escola de Referência em Ensino Médio Antônio Dias Cardoso, com endereço a Rua Dr. José Augusto s/n – Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55.612-510; à **Prof.ª Fabiana Tavares dos Santos Silva**, Escola Cardenal Roncalli, com endereço a Praça 13 de Maio, s/n – Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55.602.180; à **Prof.ª Janaina Suzankelle Cruz de Araújo**, Escola Cônego Pedro de Souza Leão, com endereço a Propriedade de Pacas s/n - Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55.600.000; à **Prof. Luciene Monteirode Lima**, Escola Guiomar Krause, com endereço à Rua Prof. Adão Barnabé, s/n - Jardim - Ipiranga – CEP 55.614.580; à **Prof.ª Maria Vera Lúcia da Silva Marinho**, Escola de Referência em Ensino Médio José Joaquim da Silva Filho, com endereço à Rua Demócrito Cavalcanti s/n – Livramento – Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55.602.420; à **Prof.ª Suely Cavalcanti de Queiroz**, Escola Madre Lucila Magalhães, com endereço à Rua 03 s/n - COHAB Redenção – Vitória de Santo Antão/PE - CEP 55.612.170; à **Prof.ª Simone Motta Azevedo**, Escola de Natuba, com endereço à Povoad Natuba - Vitória de Santo Antão/PE - CEP 55.602.970; à **Prof.ª Maria José da Silva Santos**, Escola Estadual Profª Amélia Coelho, com endereço à Rua Jornalista José Miranda, 20 - Matadouro – Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55.610.230; à **Prof.ª Beatriz de Cássia da Silva**, Escola Ovídio Carneiro de Carvalho, com endereço à Rua Jornalista Ovídio Verçosa Filho, 114 – Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55.600.000; à **Prof.ª Kátia Valéria Oliveira Gonçalves**, Escola Estadual Prof. Eudóxia de Alcântara Ferreira, com endereço à Rua Eurico Valois, s/n - Livramento – Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55.604.010; à **Prof.ª Marcela Simone Santos Secundes**, Escola de Referência em Ensino Médio Senador João Cleofas de Oliveira, com endereço à Av. Dr. João Costa, s/n - São Vicente - Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55.610.900 e à **Prof.ª Cristiane Cavalcanti de Oliveira**, Escola Rotary, com endereço à Jardim N.Srª do Amparo, s/n - Livramento – Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55.600.000.

Justificativa
<p>A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.</p> <p>Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.</p> <p>O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.</p> <p>É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.</p> <p>Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.</p> <p>Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.</p>
<p>Ricardo Costa Deputado</p>

Indicação N° 8174/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de **incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Sairé/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **José Fernando Pergentino de Barros**, Prefeito do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, s/n – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; ao Excelentíssimo Senhor **Natanael Ferreira da Silva**, Vice-Prefeito do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, s/n – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Francisco Pergentino de Barros**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, 183 – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Zacarias Gesse Pereira dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, 183 – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Gildo Pontes de Arruda**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, 183 – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Josivan Xavier de Azevedo**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, 183 – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Severino Fernandes da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, 183 – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Roberto Carlos Ferreira da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, 183 – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Ozeias Caetano da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, 183 – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; à Excelentíssima Senhora Vereadora **Valdete Bezerra da Silva Neves**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, 183 – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Alexandra Rejane da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sairé, com endereço a Rua Cel. João Pessoa, 183 – Centro – Sairé/PE – CEP: 55695-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores de Sairé**, com endereço à Rua São Sebastião, 69 – Centro - Sairé/PE - CEP: 55.695-000; à **Presidência da Associação dos Amigos do Portal do Alvorada Sairé**, com endereço à Rua Professor João Idalino, 29 – Centro – Sairé – CEP: 55695-000; a **Prof.ª Ana Maria Xavier de Melo Santos**, Gerente da Regional de Educação - GRE, com endereço na Rua Dr. José Augusto, s/n Matriz de Santo Antônio Vitória de Santo Antão - PE - CEP: 55600-000 e à **Prof.ª Maria Estelita Pessoa de Melo Gomes**, Escola de Referência em Ensino Médio João Pessoa Souto Maior, com endereço a Rua Cel. José Pessoa, s/n, Centro – Sairé/PE - CEP: 55.895.000 e a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Portal do**

CEP: 55500-970; a Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Escada, **Sandra Valéria Rodrigues Vieira do**

Nascimento, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; a **Prof.ª Risolene Rita de Melo Ferraz Barreto**, Gestora Escola Técnica Estadual Luiz Dias Lins, com endereço na BR-101 – Sul – Km-124, s/n – Riacho do Navio – Escada/PE – CEP: 55.500.000; ao **Prof. Tony Manoel Catta**, Gestor Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Eraldo Campos, com endereço a Av. 24 de maio, s/n – Santo Antônio - Escada/PE – CEP: 55.500.000; a **Prof.ª Maria Aparecida Albuquerque Santos Pinheiro**, Gestora Escola de Referência em Ensino Médio Mons. João Rodrigues de Carvalho, com endereço na Praça da Bandeira, 23 – Centro – Escada/PE – CEP: 55.500.000; a **Prof.ª Maria Marta Lima de Sousa**, Gestora Escola Dr. Fernando Campelo, com endereço na Rua 07 de Setembro, 104 - Riacho do Navio – Escada/PE – CEP: 55.500.000; ao **Prof. Nicodemus Francisco de Lima**, Gestor Escola Vigário Pedrosa, com endereço na Rua Dr. Alfredo Corrêa, s/n - Atalaia - Escada/PE – CEP: 55.500.000; ao Ilustríssimo Senhor **José Alves da Silva**, com endereço à Rua Antônio Ramiro, 06 – Vila Operária – Escada/PE – CEP: 55000-000; à **Diretoria e Comunicadores da Rádio Comunitária de Frexeiras FM**, com endereço a Rua Ministro André Cavalcanti, s/n - Vila Frexeiras – Escada/PE – CEP: 55000-000; à **Diretoria e Comunicadores da Rádio Digital FM**, com endereço a Rua Vigário Simão, s/n – Centro – Escada/PE – CEP: 55000-000 e a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Alternativa FM 105,9**, com endereço a Av. São José, 40 – Centro – Escada/PE – CEP: 55000-500.

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem. É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste. Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8181/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de incluir nas **metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Bezerros/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Severino Otavio Raposo Monteiro**, Prefeito do Município de Bezerros, com endereço a Praça Duque de Caxias, s/n – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor **Breno de Lemos Borba**, Vice-Prefeito do Município de Bezerros, com endereço a Praça Duque de Caxias, s/n – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Nivaldo Santino dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Carlos Antônio Mendonça da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Francisco Romero Virgínio de Farias**, Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jose Hailton de Carvalho e Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Amaro Bezerra da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Elissandro Pedro da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Claudemir Venceslau da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Eugênio Severino Barboza**, Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Antonio Herminio dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Luciano Ferreira da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Luiz Carlos Nogueira Dantas**, Câmara Municipal de Vereadores de Bezerros, com endereço a Rua Cel. Bezerra, 14 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, **Severino José da Silva Filho**, com endereço à Rua Dr. José Mariano, 65 – Piso 3 – Loja 31 – Shopping Bezerros – Centro – CEP: 55660-000, Bezerros –PE; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bezerros**, com endereço à Rua 9 de Janeiro, 120 – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55660-000; à **Prof.ª Ana Maria Xavier de Melo Santos**, Gerente da Regional de Educação - GRE, com endereço na Rua Dr. José Augusto, s/n Matriz de Santo Antônio Vitória de Santo Antão - PE - CEP: 55600-000; à **Prof.ª Maria GERALDA GOMES Dutra de Oliveira**, Gestora Escola de Referência em Ensino Médio Escola Técnica Estadual Maria José Vasconcelos – Zezinha, com endereço à Av. José Mendonça, s/n - Bairro Santo Amaro – Bezerros/PE - CEP: 55.660-000; à **Prof.ª Ladjane Karla Torres Lima**, Gestora Escola de Referência em Ensino Médio de Bezerros, com endereço à Rua Lucas Soares Cardoso, s/n - BR-232 - KM 98 - Distrito Industrial - Bezerros/PE - CEP 55.660-000; à **Prof.ª Lucinda Torres do Nascimento**, Gestora Escola Estadual Cônego Alexandre Cavalcanti, com endereço à Av. Prof. Agamenon Magalhães, Imaculada Conceição, s/n – Centro – Bezerros/PE –CEP: 55.660.000; à **Prof.ª Eliane Pereira do Nascimento**, Gestora Escola Dom José Lamarine Soares, com endereço à Rua 16, s/n - Vila da Cohanb – Bezerros/PE – CEP: 55.660.000; à **Prof.ª Adina Pereira de Lima Silva**, Gestora Escola Eurico Queiroz, com endereço à Av. Francisco de Moraes Lemos, s/n – Centro – Bezerros/PE – CEP: 55.660.000; à **Prof.ª Maria Dione de Lima Oliveira**, Gestora Escola Profª Maria Ana, com endereço à Rua Paulo Viana de Queiroz, s/n - São Sebastião – Bezerros/PE - CEP 55.660.000; à Diretoria e Comunicadores da **Rádio Tropical FM**, com endereço à Av. Professor Amaral, s/n – São Sebastião –Bezerros/PE –CEP: 55660-000; a Diretoria e Comunicadores da **Rádio Bezerros FM 107,7**, com endereço à Av. Major Apório da Fonseca, 485 - sala 03 – Centro – Bezerros/PE –CEP: 55660-000 e a Diretoria e Comunicadores da **Rádio Maria FM 104,9**, com endereço à Av. Professor Amaral - São Sebastião – Bezerros/PE – CEP: 55660-000.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem. É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste. Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8182/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de incluir nas **metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Chã de Alegria/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Chã de Alegria, **Marcos Gomes do Amaral**, com endereço à Rua Siqueira Campo, s/n - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice - Prefeito do Município de Chã de Alegria, **Jose Leite de Santana**, com endereço à Rua Siqueira Campo, s/n - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Telmo Beltrao Pessoa**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Albino Carneiro de Andrade**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Evandro De Castro Silva**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jorge Diomedes da Silva**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jose Gustavo de Lima**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jose Pedro de Moraes**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Manoel Gomes do Amaral**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Telmo Beltrao Pessoa**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Marinaldo Antonio de Souza Santos**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro CEP: 55.835-000; ao Senhor **Mariano Manoel de Massena Filho**, com endereço na Chácara Bom Jesus, s/n – Zona Rural – Chã de Alegria/PE – CEP: 55.835-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chã de Alegria**, com endereço à Rua Manoel Borba, 42 - Centro – Chã de Alegria/PE - CEP: 55835-000; à **Direção e Comunicadores da Rádio Comunitária Chã FM**, com endereço à Rua Djalma Dutra, s/n – Centro – Chã de Alegria/PE – CEP: 55.835-000 e a **Professora Isabela Tomaz de Sousa**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Presidente Costa e Silva, com endereço a Rua Barbosa Lima, s/n – Centro – Chã de Alegria/PE – CEP: 55835-000.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem. É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste. Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8183/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Prefeito do Cabo de Santo Agostinho, José Ivaldo Gomes. No sentido de concluir a iluminação do Parque das Palmeiras em Ponte dos Carvalho Município do Cabo de STª Agostinho.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimentoao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho, Gesse Valério, e demais Vereadores, à na Manoel Barbosa, S/n, CEP: 54500-000, Cabo de Santo Agostinho. Ao Sr. Paulo Rocha, Diretor do Jornal Gazeta Nossa, situado à Rua Rio Bonito, n° 86 – IPSEP- Recife – PE – CEP 51190- 490.

Justificativa

As pessoas de um modo geral necessitam de espaço para realizarem caminhadas e outras atividades físicas, principalmente as crianças e adolescentes. O parque das palmeiras é um local aprovado pela comunidade, faltando apenas a conclusão da iluminação, para que a população possa usufruir melhor do espaço. Vale salientar que só está faltando realizar o aterramento da instalação elétrica.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Eduardo Porto
Deputado

Indicação N° 8184/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, Doutor **JOÃO SOARES LYRA NETO**, e ao Excelentíssimo Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia, Doutor **JOSÉ ANTONIO BERTOTTI JUNIOR**, e ao Gerente de Divisão da VIVO no Nordeste, Doutor Luiz Otávio Montebelo, no sentido de que seja instalada **“ANTENA DE TELEFONIA MÓVEL DA VIVO”**, no Distrito de **CAMPO ALEGRE**, Município de **LAGOA DO OURO-PE**. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Lagoa do Ouro, **Marquidovos Vieira Marques**, o Vice-Prefeito **Adauto Monteiro Marques**, Ex-Prefeito Aldemar Júnior Monteiro, os respectivos no endereço Rua do Progresso, 62 - Cep. 55320-000 - Lagoa do Ouro-PE, o Vereador Presidente da Câmara, Lenivaldo Costa Barros, no endereço Rua Cap. Amador Monteiro, 75 - Centro - Cep. 55320-000 Lagoa do Ouro -PE.

Justificativa

Considerando que a comunicação é muito importante num país desenvolvido, e que quase todos os municípios brasileiros já possuem Rede de Telefonia Móvel,faz-se necessário atentemos à população daquela comunidade que deseja fazer parte também da integração nas comunicações, a fim de facilitar a interação social. Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares aprovação da presente preposição.

Sala das Reuniões, em 30 de maio de 2014.

Leonardo Dias
Deputado

Indicação N° 8185/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente **APELO ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco**, João Lyra Neto, para viabilizar junto a Secretaria de Defesa Social na pessoa do Sr. Alessandro Mattos, e ao Corpo de Bombeiros de Pernambuco na pessoa do Comandante Geral Cel. BM Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova, a implantação de UMA UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, no município de Goiana/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**, na Praça da República, s/n – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.010-928; ao Exmo. Sr. Secretário de Defesa Social, **Alessandro Mattos**, R. São Geraldo, 111 – Santo Amaro – Recife/PE – CEP: 50.040-020; ao Exmo. Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, Cel. BM **Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova**, na Av. João de Barros, 399 – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.050-180; ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Goiana, **Frederico Gadelha Malta Moura Júnior**, ao Ilmo. Sr. Vice-Prefeito, **José Carlos Correia da Silva**, ambos na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, s/n – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Goiana, **Renato Sandré Pereira Soares**; aos Ilmos. **Vereadores** de Goiana, todos na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 115 – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao **Professor Arnaldo Lopes Ferreira Braga**, Loteamento Lourenço Gadelha, 04 – Quadra A – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Ilmo. Sr. **Marcelio Régio Silveira da Costa**, Loteamento Carvalho Feitosa, s/n – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Ilmo Sr. **Rubens Belarmino de Oliveira; a Rádio Nova FM**, ambos na Av. Edmundo Jordão, 340 A – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; a **Rádio Goiana FM**, BR 101 Norte – Km 50 – Entrada de Pontas de Pedra – Goiana/PE – CEP: 55.900-000.

Justificativa

Conforme disposto na Mensagem Governamental nº 177/2013 de 20.11.13 em que o Governo do Estado de Pernambuco, através da política de segurança pública, enxerga a necessidade da expansão dos serviços do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, especialmente no interior do Estado e considerando que, o Município de Goiana está com seu polo industrial em pleno desenvolvimento com a chegada de importantes indústrias, fazendo com que o fluxo de veículos na BR 101 Norte aumente consideravelmente e consequentemente irá aumentar também o risco de acidentes automobilísticos, que exigem o atendimento urgente e especializado dos Bombeiros, que é de fundamental importância para o salvamento de vidas e o atendimento de ocorrências em sinistros ao patrimônio, como incêndios, inundações, etc. Também facilitará a fiscalização de projetos de instalações prediais e indústrias, obtenção pelos cidadãos e empresas da documentação necessária a sua execução. Este APELO consiste em solicitar a implantação de UMA UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR no município de Goiana/PE. Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento

Sala das Reuniões, em 2 de junho de 2014.

Aluísio Lessa
Deputado

Indicação N° 8186/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente **APELO ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco**, João Lyra Neto, para viabilizar junto a **Secretaria de Infraestrutura de Pernambuco** na pessoa do Sr. João Bosco, e ao **Grupo Neoenergia** na pessoa do Presidente Luiz Antonio Ciarlini de Souza, a regularização de fornecimento de energia elétrica no Loteamento Portelinha, como também a remoção e deslocamento das redes de alta tensão que passam por cima da comunidade no município de Goiana/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**, na Praça da República, s/n – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.010-928; ao Exmo. Sr. Secretário de Infraestrutura, **João Bosco**, Av. Cruz Cabugá, 1111 – Santo Amaro - Recife/PE – CEP: 50.040-000; ao Exmo. Sr. Presidente do Grupo Neoenergia, **Luiz Antonio Ciarlini de Souza**, na Av. João de Barros, 111 – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.050-902; a Ilma. Sra. Vereadora de Goiana, **Olga Sena**; a Ilma. Sra. Vereadora **Ana Paula Oliveira**, ambas na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 115 – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Goiana, **Frederico Gadelha Malta Moura Júnior**, ao Ilmo. Sr. Vice-Prefeito, **José Carlos Correia da Silva**, ambos na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, s/n – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Goiana, **Renato Sandré Pereira Soares**; aos Ilmos. **Vereadores** de Goiana, **Amanda Marinho**, **Ana Cristina Silveira**, **André Ferreira**, **Arnaldo Oliveira**, **Bruno Carvalho**, **João Bosco Saraiva**, **José Ramilson Brito**, **José Roberto Tavares**, **Josemar Leite**, **Laércio Melo**, **Valdete da Cruz** e **Zilde Barbosa Filho**, todos na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 115 – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao **Professor Arnaldo Lopes Ferreira Braga**, Loteamento Lourenço Gadelha, 04 – Quadra A – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Ilmo Sr. **Rubens Belarmino de Oliveira; a Rádio Nova FM**, ambos na Av. Edmundo Jordão, 340 A – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; a **Rádio Goiana FM**, BR 101 Norte – Km 50 – Entrada de Pontas de Pedra – Goiana/PE – CEP: 55.900-000.

Este APELO consiste em solicitar a regularização de fornecimento de energia elétrica no Loteamento Portelinha que possui mais de 1.000 unidades habitacionais, e também a remoção e o deslocamento das redes de alta tensão que passa por cima da comunidade, o que causa risco de vida para os moradores do loteamento. Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Aluísio Lessa
Deputado

Indicação N° 8187/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente **APELO ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco**, João Lyra Neto, para viabilizar junto a **Secretaria de Infraestrutura de Pernambuco** na pessoa do Sr. João Bosco de Almeida, recursos para perfuração de poços artesanais para o abastecimento d’água em Tejuccupao, Pontas de Pedra, Catuama, Barra de Catuama, Carne de Vaca, todos no município de Goiana/PE. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**; ao Exmo. Sr. Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco, **João Bosco de Almeida**, Av. Cruz Cabugá, 111 – Santo Amaro – Recife/PE – CEP: 50.040-000; ao Exmo. Sr. Presidente da COMPESA, **Roberto Tavares**, Av. Cruz Cabugá, 1387 – Santo Amaro – Recife/PE – CEP: 50.040-000; a Ilma. Sra. Vereadora de Goiana, **Olga Sena**; a Ilma. Sra. Vereadora **Ana Paula Oliveira**, ambas na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 115 – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Goiana, **Frederico Gadelha Malta Moura Júnior**, ao Ilmo. Sr. Vice-Prefeito, **José Carlos Correia da Silva**, ambos na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, s/n – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Goiana, **Renato Sandré Pereira Soares**; aos Ilmos. **Vereadores de Goiana**, **Amanda Marinho**, **Ana Cristina Silveira**, **André Ferreira**, **Arnaldo Oliveira**, **Bruno Carvalho**, **João Bosco Saraiva**, **José Ramilson Brito**, **José Roberto Tavares**, **Josemar Leite**, **Laércio Melo**, **Valdete da Cruz** e **Zilde Barbosa Filho**, todos na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 115 – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao **Professor Arnaldo Lopes Ferreira Braga**; ao Sr. **Severino Roberto Soares Barbosa Sobrinho**, ambos no Loteamento Lourenço Gadelha, 04 – Quadra A – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Ilmo. Sr. **David Fidelis da Silva**, no Loteamento Albino Pimentel, s/n – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Ilmo. Sr. **Marcelio Régio Silveira da Costa**, Loteamento Carvalho Feitosa, s/n – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; ao Ilmo Sr. **Rubens Belarmino de Oliveira; a Rádio Nova FM**, ambos na Av. Edmundo Jordão, 340 A – Centro – Goiana/PE – CEP: 55.900-000; a **Rádio Goiana FM**, BR 101 Norte – Km 50 – Entrada de Pontas de Pedra – Goiana/PE – CEP: 55.900-000.

Justificativa

Este APELO consiste em solicitar a perfuração e instalação de poços artesanais para Tejuccupao, Pontas de Pedra, Catuama, Barra de Catuama, Carne de Vaca, todos no município de Goiana, objetivando garantir o acesso à água para todas as famílias, trazendo os benefícios no quesito saúde, higiene e melhores condições de vida. Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Aluísio Lessa
Deputado

Indicação N° 8188/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco João Lyra Neto, para viabilizar junto a Secretaria de Infraestrutura de Pernambuco na pessoa do Sr. João Bosco de Almeida a realização de recuperação da estrada conhecida como “Buraco do Tatu” em Bom Jardim/PE. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**; ao Exmo. Sr. Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco, **João Bosco de Almeida**, Av. Cruz Cabugá, 111 – Santo Amaro – Recife/PE – CEP: 50.040-000; ao Exmo. Sr. Presidente do DER, **Antonio João Dourado**, Av. Cruz Cabugá, 1033 – Santo Amaro – Recife/PE – CEP: 50.040-912; ao Exmo. Sr. Prefeito de Bom Jardim, **Jonathas Miguel Arruda Barbosa**; ao Ilmo. Sr. Vice-Prefeito de Bom Jardim, **Antonio Belarmino da Silva**, ambos na Praça Barão de Lucena, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, **João Francisco de Lima**; aos Ilmos. **Vereadores** de Bom Jardim, todos na Rua Manoel Augusto, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; ao Ilmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim, **João Francisco de Lima**, na Rua Israel Fonseca, 96 – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000; a **Rádio Cult FM**, na Rua Jerônimo Heráclio, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000.

Justificativa

O nosso pleito tem por objetivo solicitar a realização de recuperação da estrada conhecida como “Buraco do Tatu”, via esta que é outro acesso a cidade de Bom Jardim, onde o tráfego é bastante intenso. Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, tendo em vista a sua relevância, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Aluísio Lessa
Deputado

Requerimentos

Requerimento N° 3497/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Mariano José da Silva, ocorrido no dia 20 de maio do ano em curso, na cidade do Recife, em nosso Estado. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à Ilma. Sra. Celina Maria da Silva, Sítio Bom Fim, Bom Jardim - PE CEP: 55730-000 e ao Ilmo. Sr. Manuel Mariano da Silva, Rua Professor Mariano de Aguiar, s/n Centro - Orobó - PE CEP.: 55745-000.

Justificativa
O Sr. Mariano José da Silva, conhecido como Seu Mariano do Sindicato de Bom Jardim, nasceu em 21 de maio de 1942, vindo a falecer em 20 de maio de 2014. Constituiu família e prosperou, foi excelente marido, pai e avô, fazendo com que sua descendência fosse de igual virtudes, referência de boa conduta e formação moral. Dedicou a maior parte de sua vida em defesa do homem do campo, obteve várias conquistas para o trabalhador rural, sobretudo no período em que presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Bom Jardim - PE, pelo período de 33 anos. Muito apaixonado por sua terra, decidiu concorrer as eleições municipais de 1996, na condição de candidato a prefeito, não sendo eleito por uma diferença muito pequena de votos. Se destacou também na Poesia, cantada através de sua viola. Honestidade e lealdade, eram adjetivos fáceis de serem encontrados em Seu Mariano do Sindicato. Deste modo, justifico com sentimento este requerimento de Voto de Pesar pela ausência deste, que foi um cidadão e personalidade humana exemplar.
Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014.
Zé Maurício Deputado
Requerimento N° 3498/2014
Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja aprovado um Voto de Aplauso com os professores José Roberto de Souza Cavalcanti e Alexandre Buarque de Gusmão, eleitos, respectivamente, diretor e vice da Escola Politécnica de Pernambuco.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Reitor da Universidade de Pernambuco, Carlos Fernando de Araújo Calado(Avenida Agamenon Magalhães, S/N Bairro de Santo Amaro - 50100-010 – Recife/PE), ao diretor da Escola Politécnica de Pernambuco, Pedro de Alcântara Neto(Rua Benfica, 455, Madalena - 50720-001 - Recife/PE) e aos novos dirigentes da entidade educacional, José Roberto de Souza Cavalcanti e Alexandre Buarque de Gusmão(Rua Benfica, 455, Madalena - 50720-001 - Recife/PE).
Justificativa
A Escola Politécnica de Pernambuco, tradicional estabelecimento de ensino de engenharia em nosso Estado, ganha novos dirigentes. No próximo dia 09 de junho, no auditório Joseph Messel, tomarão posse nos cargos de diretor e vice diretor da Escola Politécnica os professores José Roberto de Souza Cavalcanti e Alexandre Buarque de Gusmão. Aqui na Assembleia Legislativa repercuto o acontecimento e proponho um Voto de Aplauso com os futuros dirigentes da Escola Politécnica de Pernambuco, da Universidade de Pernambuco.
Sala das Reuniões, em 2 de junho de 2014.
André Campos Deputado
Requerimento N° 3499/2014
Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja aprovado um Voto de Aplauso com a pernambucana Vanessa Araujo, vice-campeã Panamericana de Kaitare no 28º Campeonato Panamericano Sênior, realizado na cidade de Lima, no Peru.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao presidente da Federação Pernambucana de Karate(Rua João Francisco Lisboa, 121, Várzea, 50741-100 - Recife/PE) e à karateka Vanessa Araujo(Rua João Francisco Lisboa, 121, Várzea, 50741-100 -Recife/PE).
Justificativa
Vanessa Araujo é um exemplo de dedicação, perseverança e amor ao esporte. De família humilde, veio a concluir o curso de Educação Física na Faculdade Maurício de Nassau. Vitoriosa na prática do karate, após a conquista no Panamericano de Lima, no Peru, a brava pernambucana prepara-se para participar do 22º Campeonato Mundial Sênior que será realizado no mês de novembro, na cidade de Bremen, na Alemanha.
Vanessa Araujo é uma das técnicas da Seleção Pernambucana. Ela conseguiu a melhor colocação de uma karateka do estado em um Campeonato Panamericano. Vanessa é merecedora do aplauso do povo pernambucano.
Sala das Reuniões, em 2 de junho de 2014.
André Campos Deputado
Requerimento N° 3500/2014
Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado UM VOTO DE APLAUSO aos Senhores Henrique Douglas Silva Gomes, Gerente Executivo da Unidade Prisional, Presídio Juiz Antônio LUIZ LINS DE BARROS (PJALLB), e aos agentes penitenciários, Anderson Dias de Oliveira e Petrúcio Emídio da Silva Filho, pelas suas atuações no exercício diário de suas funções em defesa de uma sociedade mais segura e protegida.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento aos agraciados, no Complexo Prisional à Av. Liberdade, s/n - Curado, Recife - PE Cep: 50920-310.
Justificativa
A violência no Brasil continua crescendo e deixando o cidadão em pânico. O noticiário divulga com frequência a escalada da criminalidade nas grandes cidades desafiando o poder público, dentro e fora dos presídios e penitenciárias.
O Estado de Pernambuco, através do programa PACTO PELA VIDA, vem mostrando resultados animadores e conseguindo diminuir consideravelmente os índices de violência. Porém o tráfico de drogas insiste, aliciando jovens e causando grande destruição nas famílias.
As vitórias alcançadas pelo governo contra os marginais, ocorrem graças aos vários heróis anônimos que colocam suas vidas em risco na defesa do direito do cidadão de ir i vir com paz e segurança. Entre estes paladinos da justiça, gostaria de destacar a atuação do Sr. HENRIQUE DOUGLAS SILVA GOMES, Gerente Executivo da Unidade Prisional, Juiz Antônio Luiz Lins de Barros, (PJALLB), situado no complexo do Curado, juntamente com os agentes penitenciários, Sr. PETRÚCIO EMÍDIO DA SILVA FILHO e Sr. ANDERSON DIAS DE OLIVEIRA, que prestam um relevante serviço à sociedade no exercício diário de suas funções. Recentemente os destemidos agentes descobriram uma quantidade razoável de maconha na cela 06 pertencente a um reeducando ligado a uma facção criminosa. São profissionais dessa estirpe que dignificam os agentes da lei voltados para a defesa e preservação da ordem pública.
Sala das Reuniões, em 28 de maio de 2014.
Eduardo Porto Deputado

Requerimento N° 3501/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja concedido **Voto de Pesar** pelo trágico falecimento da estimada Família **VIEIRA SANTOS**, notáveis cidadãos do município de São José do Belmonte, ocorrido no dia 1º de junho de 2014.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Sr. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS, endereço: Rua Maria José Gomes Lopes, 140, Vila Belmiro, São José do Belmonte, CEP 56.950-000; ao Sr. GILBERTO CARLOS VIEIRA, endereço: Rua Maria José Gomes Lopes, 153, Vila Belmiro, São José do Belmonte, CEP 56.950-000; ao Sr. GEOVACI COSME DOS SANTOS, endereço: Rua Maria José Gomes Lopes, 155, Vila Belmiro, São José do Belmonte, CEP 56.950-000.

Justificativa
A cidade de São José do Belmonte foi surpreendida pelo véu negro do luto, com o trágico acidente que vitimou toda uma família daquela sociedade. A precoce partida de Francisco Alves dos Santos Neto, sua esposa, Dayse Magaly Vieira Santos, dos seus filhos menores Kerryson Vieira Santos e Kendriky Vieira Santos, e ainda, o jovem Deyvson Miqueias Vieira, deixou toda uma comunidade consternada e suas famílias dilaceradas pela dor. Os desígnios de Deus são insondáveis e não nos compete contestá-los. Que fique registrado neste Poder Legislativo o doloroso Voto de Pesar em respeito à memória das jovens vítimas. E que nosso sentimento de profundo pesar e respeito, seja extensivo as suas famílias e a toda sociedade belmontense.
Solicito dos Nobres componentes deste Parlamento, o apoio ao Voto de Pesar em tela.
Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Augusto César Deputado

Requerimento N° 3502/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um **Voto de Congratulações ao Município de Bodocó, que completará 90 anos de sua Emancipação Política, no próximo dia 12 de junho do corrente ano.**

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento:

Ao Prefeito do Município de Bodocó, Senhor Danilo Delmondes Rodrigues, sito Av. Mal. Floriano Peixoto, 78 - Centro - Bodocó/PE - CEP: 56220-000;
Ao Vice-Prefeito do Município de Bodocó, Senhor José Alves Feitosa, sito Av. Mal. Floriano Peixoto, 78 - Centro - Bodocó/PE - CEP: 56220-000;
Ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bodocó, Senhor Lucelio Furtado Luna, sito Rua Nininha Lócio, 294 - Centro - CEP: 56220-000;
Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bodocó, sito Rua Maestro Carlos Gomes, 222 - Bodocó/PE - CEP: 56220-000;
A Rádio Claranã FM, sito Rua Antônio Alves de Siqueira, 85 - São José - Bodocó/PE - CEP: 56220-000;
A Rádio Liberal 99,5 FM, sito Avenida Fernando Bezerra, 419 - 1º andar - Centro - Ouricuri/PE - CEP: 56200-000;
Ao Blog do Bruno Marais, sito Avenida Edgar Pedro de Aquino, 42 - Santo Antônio - Ouricuri/PE - CEP: 56200-000.

Justificativa
O município de Bodocó era o segundo distrito do município de Granito , fundado no início do século XX por Antônio Peixoto de Barros. Sobre a origem do nome do Povoado, conforme os bodocoenses há duas versões: uma de que o nome veio de uma planta aquática muito abundante na região, denominada de Bodocó, versão mais correta para uns; a outra, do nome de uma tribo indígena que aqui habitou, chamada bodorocos.
Seu desenvolvimento foi rápido, graças à facilidade de acesso, o que ocorria para maior intercâmbio comercial, motivando a elevação do povoado à categoria de distrito em 17 de novembro de 1909 e foi elevado à categoria de cidade a 22 de maio de 1924.
Através do decreto-lei estadual nº 92, de 31 de março de 1938, o município passou a ser chamado Bodocó, tendo a antiga vila Granito como seu distrito. Em divisão territorial datada 1979 e mantida em 2005, o município era constituído de três distritos: Bodocó, Claranã e Feitoria.
Tem como base econômica a agropecuária, com destaque para a produção de leite. Atualmente moram na cidade em média 35. 178 Habitantes, a cidade Bodocó já foi mencionada na canção “Coroné Antônio Bento”, que integra o primeiro LP de Tim Maia (1970) e conta a história do casamento da filha de um coronel, que dispensa o sanfoneiro e chama um músico do Rio de Janeiro para animar a festa. A canção é de autoria de Luis Wanderley e João do Vale.
Diante do exposto, parablenizo a todos os bodocoenses, solicito aos meus ilustres pares, aprovação do presente Requerimento.
Sala das Reuniões, em 19 de maio de 2014.

João Fernando Coutinho Deputado
--

Requerimento N° 3503/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um **Voto de Aplauso ao Município de Altinho, que no próximo dia 28 de junho, completará 115 anos de sua Emancipação Política.**

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento:

Ao Prefeito do Município de Altinho, Senhor José Alison de Oliveira, sito Rua Dr. Nestor Varejão, 51 - Centro - Altinho/PE– CEP: 55490-000;
Ao Vice-Prefeito do Município de Altinho, Senhor Marcos Fernandes Sampaio, sito Rua Dr. Nestor Varejão, 51 - Centro - Altinho/PE – CEP: 55490-000;
Ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Altinho, Senhor Mauro João da Silva, sito Rua Capitão Pulquerio Pereira Andrade, 223 - Centro - Altinho/PE- CEP: 55490-000;
Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altinho, sito Rua Manoel Licó, 79 – Centro – Altinho/PE – CEP: 55490-000;
A Rádio Agreste FM, sito Avenida Júlio Leitão de Melo, s/n - Centro - Cupira/PE - CEP: 55460-000.

Justificativa
O município de Altinho teve sua origem na Fazenda do Ô, localizada na área da então freguesia de Garanhuns, próximo ao rio Una. Em meados de 1750, o proprietário da fazenda, José Vieira de Melo, fixou residência no local, criando um logradouro.
O povoamento da área se intensificou com a construção da Capela de Nossa Senhora do Ô. A igreja começou a atrair pessoas dos povoados vizinhos que logo foram estabelecendo residência nas proximidades. Não demorou muito e a área ficou conhecida como o povoado da Capela.
O município de Altinho foi criado pela Lei provincial nº 1.560, de 30 de maio de 1881, desmembrando-o de Caruaru. Em 28 de junho de 1899, Altinho foi elevado à categoria de cidade pela Lei estadual nº 400.

Administrativamente, Altinho é formado pelos distritos sede, Ituguapu e pelo povoado de Cabeça de Taquara de São Pedro. O nome Altinho veio logo depois, por conta da sua localização ser num planalto, exatamente no alto de uma colina. Ao norte faz limite com Caruaru e São Caetano, ao sul com Ibirajuba, Painelas e Cupira, a leste com Agrestina e a oeste com Cachoerinha.

Vale ressaltar que o artesanato em Altinho destaca-se na confecção de balaios e calçados de couro. A produção de grinaldas e buquês de noivas também são destaque no município no quesito atrativo cultural. Muitas noivas pernambucanas vão à cidade fazer suas encomendas, já que esses produtos são feitos com muito capricho pelos artesãos locais. Quem vai a Altinho pode conferir ainda suas belezas naturais, fazendo turismo ecológico.

Diante do exposto, parablenizo a todos os Altinenses, e solicito aos meus ilustres pares aprovação do presente Requerimento.

Sala das Reuniões, em 19 de maio de 2014.

João Fernando Coutinho Deputado
--

Requerimento N° 3504/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja concedido **VOTO DE APLAUSO ao AACD (Associação à Criança Deficiente)**, na pessoa do Sr. Henrique Silveira pelos 15 anos de existência no Recife.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**, na Praça da República, s/n – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.010-928; a Exma. Sra. Secretária de Saúde de Pernambuco, **Ana Maria Martins Cezar de Albuquerque**, na Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519 – Bongi – Recife/PE – CEP: 50.751-530; ao Exmo. Sr. Prefeito da Cidade do Recife, **Geraldo Júlio**, Av. Cais do Apolo, 925 – 9º andar – Bairro do Recife – Recife/PE – CEP: 50.030-903; ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Recife, **Jailson Correia**, na Av. Cais do Apolo, 925 – 13º andar - Bairro do Recife/PE – CEP: 50.030-903, ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da AACD Regional, **Henrique Silveira**, e aos Ilmos. Srs. Membros do Conselho Regional, **Aluisio José de Vasconcelos Xavier, Andréia Danzi Russo, Fernando Catão, Maria de Lourdes Maciel, Ricardo Pessoa Queiroz Filho, Ruben Schindler Maggi, Sérgio Kitover e Taciana Cecília Vilaça Bezerra**, todos no Viaduto Papa João Paulo II, 155 – Ilha Joana Bezerra – Recife/PE – CEP: 50.080-810.

Justificativa
A Associação de Assistência à Criança Deficiente é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que trabalha há mais de 62 anos pelo bem-estar de pessoas com deficiência física. Ela nasceu do sonho de um médico que queria criar no Brasil um centro de reabilitação com a mesma qualidade dos centros que conhecia no exterior, para tratar crianças e adolescentes com deficiências físicas e reinseri-los na sociedade. Foi pensando nisso que o Dr. Renato da Costa Bomfim reuniu um grupo de idealistas e, no ano de 1950, fundou a AACD. Atualmente, a instituição possui 13 unidades de reabilitação em diversos estados do Brasil.
Aqui em Recife ela foi inaugurada no ano de 1999, possuindo um quadro de funcionários permanente e mais algumas centenas de voluntários. Com sua oficina ortopédica, A AACD tem avançado muito na produção de próteses, apesar das dificuldades que atingem quase todas as instituições de filantropia.
Parabenizo esta entidade pela sua ação humanitária exercida nestes últimos 15 anos de existências aqui no Recife, procurando sempre trabalhar nas frentes necessárias para que as pessoas com deficiência possam atingir seu potencial máximo, evoluindo além das suas limitações e contribuindo para uma sociedade que acolhe melhor a diversidade.
Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.
Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.
Aluisio Lessa Deputado

Requerimento N° 3505/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja concedido **VOTO DE APLAUSO a Secretária Executiva de Controle Urbano – Regional Arruda** na pessoa da Sra. Maria Alcina Dutra, **Regional Casa Amarela**, na pessoa da Sra. Olimpia Aguiar Falcão, e ao **Corpo de Bombeiros de Pernambuco**, na pessoa do Cel. BM Carlos Eduardo Poças A. Casa Nova pela fiscalização em estabelecimentos comerciais.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito da Cidade do Recife, **Geraldo Júlio**, na Av. Cais do Apolo, 925 – 9º andar – Bairro do Recife – Recife/PE – CEP: 50.030-903; ao Exmo. Sr. Secretário de Mobilidade e Controle Urbano de Recife, **João Braga**, na Av. Cais do Apolo, 925 – 12º andar – Bairro do Recife – Recife/PE – CEP: 50.030-903; a Ilma. Sra. Gerente do SECON Regional Arruda, **Maria Alcina Dutra**, na Av. Beberibe, 1020 – Arruda – Recife/PE – CEP: 52.041-375; a Ilma. Sra. Gerente do SECON Regional Casa Amarela, **Olimpia Aguiar Falcão**, na Rua Fernando de Souza Caieté, 301 – Casa Amarela – Recife/PE – CEP: 52.070-130; ao Exmo. Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros de Pernambuco, **Cel. BM Carlos Eduardo Poças A. Casa Nova**, Av. João de Barros, 399 – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.050-180.

Justificativa
Alguns estabelecimentos comerciais localizados na Zona Norte de Recife foram interditados por falta de alvará de funcionamento exigida pela Prefeitura do Recife e pelo Corpo de Bombeiros. Além do alvará, os proprietários de boates, casas de shows e buffets devem assinar um termo de responsabilidade afirmando que cumprem normas de segurança, apresentando na entrada uma sinalização sobre a capacidade máxima do local. Saídas de emergência de acordo com a legislação vigente e rotas de fuga sinalizadas também são necessárias para que o local se mantenha em operação.
A fiscalização pelos órgãos públicos competentes em ambientes públicos fechados deve ser uma preocupação constante para evitar o risco de tragédias. Parabenizo a Prefeitura do Recife e o Corpo de Bombeiros pelas ações preventivas.
Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.
Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Aluisio Lessa Deputado

Requerimento N° 3506/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja concedido **VOTO DE APLAUSO a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH**, na pessoa do Sr. Paulo Teixeira de Farias, as **Artesãs do Parque**, na pessoa da Sra. Marina Falcão, ao **Sr. Severino Rodrigo Ribeiro**, ao **Espaço Ciência**, na pessoa do Sr. Antonio Carlos Pavão, ao **Depto. De Ciências Sociais**

da Universidade Federal Rural de Pernambuco, na pessoa de Tarcísio Augusto Alves da Silva, ao Jornalista da TV Leia Já, **Álvaro Duarte**, a **Asa Indústria**, na pessoa do Sr. Eduardo Henrique, ao **Jardim Botânico do Recife**, na pessoa da Sra. Zenaide Nunes, pelo Prêmio Vasconcelos Sobrinho 2014.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, s/n – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.010-928; ao Exmo. Sr. Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, **Carlos André Cavalcanti**, Av. Cons. Rosa e Silva, 1339 – Jaqueira – Recife/PE – CEP: 52.050-020; ao Exmo. Sr. Presidente da CPRH, **Paulo Teixeira de Farias**, na Rua Santana, 367 – Casa Forte – Recife/PE – CEP: 52.060-460; a Exma. Sra. Diretora Presidente da Associação Parque Dois Irmãos, **Silvana Silva**, a Ilma. Sra. Coordenadora das Artesãs do Parque, **Marina Falcão**, ambas na Praça Farias Neves, s/n – Dois Irmãos – Recife/PE – CEP: 52.171-011; ao Ilmo. **Sr. Severino Rodrigo Ribeiro**, Av. Boa Viagem, 5526 – Apto. 1802 – Bloco B – Boa Viagem – Recife/PE – CEP: 51.030-000; ao Exmo. Sr. Diretor do Espaço Ciência, **Antonio Carlos Pavão**, no Complexo de Salgadinho - Parque Memorial Arcoverde – Olinda/PE – CEP: 53.020-560; ao Ilmo. Prof. do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, **Tarcísio Augusto Alves da Silva**, na Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n – Dois Irmãos – Recife/PE – CEP: 52.171-900; ao Ilmo. Sr. Jornalista da TV Leia Já, **Álvaro Duarte**, na Rua Osvaldo Salsa, 84 – Graças – Recife/PE – CEP: 52.011-180; a Ilma. Sra. Chefe de Gestão do Jardim Botânico do Recife, **Zenaide Nunes**, na BR 232, Km 7,5 – Curado – Recife/PE; ao Exmo. Sr. Diretor Presidente da Asa Indústria, **Eduardo Henrique**, na Rua da Paz, 82 – Afogados – Recife/PE – CEP: 50.770-000.

Justificativa
Em comemoração a Semana do Meio Ambiente, o Espaço Ciência em Olinda, vai organizar a cerimônia de entrega do Prêmio Vasconcelos Sobrinho, promovida pela Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH). O prêmio é concedido anualmente a pessoas físicas, empresas e instituições (governamentais e não governamentais) que desenvolvem ações e projetos para a melhoria das condições socioambientais.
Parabenizo a CPRH e a todos os vencedores pela importância das categorias desse prêmio que abrange diversos setores do Meio Ambiente.
Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.
Sala das Reuniões, em 3 de junho de 2014.

Aluisio Lessa Deputado

Requerimento N° 3507/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizado um Grande Expediente Especial, no dia 07 de agosto do ano corrente, em homenagem aos 60 anos de ordenação sacerdotal do Monsenhor Romeu José Gusmão da Fonte.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento A Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Matriz da Torre, através do Monsenhor Romeu José Gusmão da Fonte, Rua Conde de Irajá, s/n - Torre, Recife-PE CEP: 50.710-310; e ao Diácono Sebastião Teixeira Linhares Filho, Rua Professor Evaldo Altino, 602, Cordeiro - Recife-PE CEP.: 50.721-180.

Justificativa
Com 85 de anos de idade e mais de 50 anos dedicados à Igreja da Torre, desde o dia 21 de março de 1961, Monsenhor Romeu da Fonte completa 60 anos dedicados ao sacerdócio. Desde os 11 anos decidiu entrar para o Seminário e aos 25 anos se tornou padre. Nascido no Recife, membro de uma família católica, teve 15 irmãos e sempre soube o caminho que queria seguir. Iniciou sua primeira missa na Matriz da Soledade, sua paróquia. Celiu seu Ministério Sacerdotal na Paróquia de Afogados como cooperador, a convite do Padre Antônio. Com o falecimento de Padre Guedes, já em Paudalho como auxiliar, foi nomeado vigário. Nesta Paróquia desenvolveu trabalhos assistenciais e doutrinários. Foi em seguida, substituído do Padre Amauri da Torre. Em 1961, foi nomeado Vigário da Torre, logo após, pároco. Sua vida aqui, inicialmente, foi de grandes sacrifícios. Dedicou-se de imediato à evangelização dos mais carentes e a conservação da sua igreja. Seu primeiro sonho era construir uma escola no terreno da paróquia, o que foi realizado com o apoio do Governo. Conseguiu também com autoridades, a criação da Vila de Santa Luzia, para dar condições mais dignas aos pobres da paróquia. Na Vila, criou o Centro Comunitário Paula Francinete com as Irmãs da Dorotéias, composto de creche, ambulatório médico e oficina para treinamento de mão-de-obra especializada. Criou um conselho paroquial com uma equipe de voluntários que realizam maravilhas, sob sua liderança, assim como várias pastorais. O bairro da Torre sofreu uma verdadeira transformação religiosa. Junto com os paroquianos, hoje a igreja é responsável pelo Centro Pastoral Padre Romeu, nome do prédio escolhido pelo fiéis; pelo Ambulatório Santa Luzia, composto por uma equipe voluntária de 56 médicos e com cerca de 1.400 atendimentos por mês; pela Capela São Francisco de Assis; e a igreja ainda tem uma parceria com o Colégio Maciel Pinheiro com o intuito de evangelizar os jovens.
Uma vida destinada a fazer o bem seguindo os ensinamentos de Deus. Numa sociedade tão conturbada, com valores trocados e cada vez mais distante do cristianismo, ainda existem pessoas que remam contra a maré e que lutam por uma vida com Amor. “Se o mundo se aproximar de Deus já vai melhorar”, explica um grande exemplo de amor, o Padre Romeu de Gusmão da Fonte, mais conhecido por Padre Romeu, líder da Igreja Nossa Senhora do Rosário - Torre, também chamada de Igreja Santa Luzia, no bairro da Torre.
Sala das Reuniões, em 2 de junho de 2014.

Zé Maurício Deputado

Portaria

PORTARIA Nº 615/14

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, de acordo com o DECRETO Nº 40.755 de 27/05/2014 do Governador do Estado e por decisão da Mesa Diretora em reunião da Mesa Diretora do dia 30/05/2014,

RESOLVE: determinar que o expediente, neste Poder Legislativo, seja ponto facultativo a partir das 12(doze) horas e 30(trinta) minutos, nos dias dos jogos da Seleção Brasileira (12 e 17/06/14), e ponto facultativo integral nos dias dos jogos que acontecerão na Arena Pernambuco (20, 23 e 26/06/14).

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 03 de junho de 2014.
Deputado JOÃO FERNANDO COUTINHO Primeiro Secretário